



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 25/2022:

Aprova o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2023-2025.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 25/2022

de 8 de Junho

Havendo necessidade de garantir o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2023 a 2025 através do Cenário Fiscal de Médio Prazo, instrumento orientador de políticas visando a materialização do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 e articulação entre os instrumentos de longo, médio e curto prazos, ao abrigo n.º 4 do artigo 18 da Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro, que estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) – 2023-2025.

Art. 2. Na elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado (PESOE) de 2023, devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2023-2025, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Art. 3. Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP 2023-2025 será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade e as alterações efectuadas deverão

ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado.

Art. 4. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Maio de 2022.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Adriano Afonso Maleiane*.

Cenário Fiscal de Médio Prazo 2023-2025

Cenário Fiscal de Médio Prazo 2023-2025

Sumário Executivo

1. O ano 2021 foi marcado pela recuperação económica a nível mundial face aos impactos da pandemia da COVID 19, com o crescimento assinalável em vários países, reflectindo a intensificação da vacinação para a prevenção da COVID 19. Este facto permitiu o relaxamento das restrições e a reabertura económica, o que resultou numa forte retoma da actividades económicas.

2. De igual modo, a economia moçambicana apresentou um desempenho positivo em 2021, tendo registado um crescimento do PIB real em 2,2%. Este crescimento económico resultou de uma boa gestão das medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da COVID 19 o que permitiu reverter o quadro de recessão económica assistido em 2020.

3. As perspectivas económicas nacionais para o médio prazo apontam para a consolidação do processo de recuperação económica, com a taxa de crescimento económico média em cerca de 6,4% ao ano, a ser influenciada pelo fim da situação de calamidade pública que permitirá a expansão da actividade do sector produtivo e a previsão do início da produção e exportação do gás natural, embora prevaleçam algumas incertezas face a evolução da pandemia bem como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a guerra contra os ataques dos insurgentes na região norte do País.

4. Para o médio prazo, o governo continuará a privilegiar um quadro de política fiscal prudente com o prosseguimento da consolidação fiscal através de reformas tributárias e medidas de contenção da despesa pública.

5. As reformas fiscais consistirão na implementação das medidas de política tributária com a revisão do Código do IVA e alargamento da base tributária do IRPS com a implementação da TSU e de medidas de administração tributária; e do lado da despesa com a racionalização das despesas de funcionamento através da (i) implementação da nova política salarial a luz da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro (ii) Limitação de novas admissões,

com excepção dos sectores de Educação, Saúde e Agricultura (iii) Garantir que a admissão de um novo funcionário seja apenas efectuada com a saída (aposentação) de três funcionários; e (iv) Crescimento reduzido das outras despesas de funcionamento.

6. Para os próximos anos, o investimento público será influenciado pelo alívio às restrições de financiamento externo com o novo Programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (ECF) que visa promover o crescimento sustentável, inclusivo e a estabilidade macroeconómica a longo prazo.

7. O rácio da dívida pública em relação ao PIB apresentará uma trajectória de melhoria como resultado das reformas a serem implementadas no triénio, embora permaneça elevada.

8. Neste contexto, a estratégia da dívida estará voltada para a (i) priorização de créditos multilaterais e bilaterais com condições mais favoráveis (ii) mapeamento, monitoria contínua e implementação das medidas de viabilização do Sector Empresarial do Estado (SEE) de modo a reduzir a exposição do Estado a dívida garantida; e (iii) reestruturação da dívida, em especial com os países fora do Clube de Paris. Os créditos a serem contraídos deverão ser viáveis, isto é, para financiar projectos com impacto na economia através do seu efeito directo e multiplicador de modo a contribuir para o crescimento económico, geração de receitas e criação de emprego.

1. Introdução

9. O presente documento apresenta o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) para o período de 2023-2025, que é um instrumento que marca o início do processo de planificação e orçamentação do país, à luz dos n.ºs 1 a 4 do artigo 18 da Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no seu Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO).

10. O CFMP visa introduzir uma visão de médio prazo através das perspectivas do quadro macroeconómico e fiscal, e indicar a estratégia fiscal no próximo triénio, na qual destaca-se (i) as grandes linhas da política e da estratégia do Governo, que serão detalhadas e operacionalizadas pelo Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE); e (ii) as mudanças estruturais no âmbito da priorização das despesas e do grau de previsibilidade dos recursos, contribuindo para uma planificação estratégica, coerente e compatível com os recursos disponíveis tendo em conta a conjuntura económica e os aspectos estruturais.

11. A nível doméstico, as perspectivas económicas são positivas face (i) ao relaxamento das medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da COVID 19; (ii) ao alívio às restrições de financiamento externo com o novo Programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (ECF) que visa promover o crescimento sustentável, inclusivo e a estabilidade macroeconómica a longo

prazo; e (iii) a previsão de início da produção e exportação do gás natural que irá influenciar significativamente o desempenho da actividade económica e a balança de pagamentos.

12. Não obstante as perspectivas positivas da economia nacional, prevalece algum grau de incerteza em relação a evolução da pandemia da COVID19 e do impacto do conflito entre a Rússia e a Ucrânia na economia nacional.

13. As opções de políticas no âmbito do CFMP continuarão orientadas para: (i) a recuperação e manutenção da estabilidade macroeconómica, e (ii) a continuidade do processo de consolidação fiscal, que visa assegurar a sustentabilidade fiscal e o crescimento económico diversificado e inclusivo no médio e longo prazo, destacando as seguintes prioridades de política:

- i. Aumento da produtividade, produção e do emprego;
- ii. Diversificação económica e crescimento inclusivo;
- iii. Estabilidade do nível de preços mantendo a inflação a um dígito;
- iv. Redução da volatilidade cambial;
- v. Priorização da alocação eficiente de recursos;
- vi. Gestão sustentável da dívida pública; e
- vii. Promoção do desenvolvimento do sector privado.

14. O CFMP foi elaborado tendo como base os objectivos centrais do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020 – 2024, os planos estratégicos sectoriais e o novo modelo de Governação Descentralizada Provincial.

15. O presente documento do CFMP 2023-2025 está estruturado em cinco (5) capítulos, nomeadamente: (i) Introdução; (ii) Conjuntura Actual e Perspectivas Económicas; (iii) Perspectivas Fiscais de Médio Prazo; (iv) Risco para o CFMP 2023-2025; e (v) considerações finais.

2. Conjuntura Actual e Perspectivas Económicas

2.1. Economia Internacional

O desempenho da economia mundial continuará condicionado pela pandemia da COVID-19, um quadro agravado pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

2.1.1. Crescimento Económico Mundial

16. A economia mundial foi marcada, em 2021, pelo início e intensificação da vacinação para a prevenção da COVID 19. Este facto, por um lado, permitiu o relaxamento das restrições e a reabertura económica, o que resultou numa forte retoma das actividades económicas. Por outro lado, o surgimento da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021, regrediu a tendência de abertura dos países, o que levou a interrupções nas cadeias de produção, e aliado aos preços elevados de energia e do fraco crescimento da China, resultou num crescimento da economia mundial na ordem dos 6,1%, no final do ano.

17. A previsão para 2022, pelo FMI, sofreu a terceira revisão em Abril para 3,6%, após ter sido efectuada em Janeiro (4,4%) do presente ano e em Outubro de 2021 (4,9%), devido ao impacto negativo do conflito Rússia-Ucrânia.

18. Para 2023, o FMI prevê uma manutenção do crescimento global em 3,6%, embora aponte uma ligeira melhoria no controle da pandemia até finais de 2022, com o aumento da taxa de vacinação e a eficácia das terapias, que será retraído pelo efeito do conflito Rússia-Ucrânia e seus impactos. Igualmente, para o período de 2024-2025 prevê-se uma tendência crescimento médio mundial de 3,4% por ano, como se pode verificar na tabela 1:

Tabela 1. Projecção do Crescimento Económico Mundial 2022-2025

Crescimento Económico (%)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Real			««Projecção»»			
Mundo	2,9	-3,1	6,1	3,6	3,6	3,4	3,4
<i>dq:</i> EUA	2,3	-3,4	5,7	3,7	2,3	1,4	1,7
Zona Euro	1,6	-6,4	5,3	2,8	2,3	1,8	1,6
Economias Emer. e em Desenv.	3,7	-2,0	6,8	3,8	4,4	4,6	4,5
<i>dq:</i> China	6,0	2,4	8,1	4,4	5,1	5,1	5,0
Índia	3,7	-6,6	8,9	8,2	6,9	7,0	7,0
África Subsahariana	3,1	-1,7	4,5	3,8	4,0	4,2	4,2
<i>dq:</i> África do Sul	0,1	-6,4	4,9	1,9	1,4	1,4	1,4
<i>Moçambique</i>	<i>2,3</i>	<i>-1,2</i>	<i>2,2</i>	<i>2,9</i>	<i>5,0</i>	<i>8,3</i>	<i>6,0</i>

Fonte: FMI-WEO Abril 2022, MEF-Quadro Macro

19. Nas *economias desenvolvidas* espera-se uma recuperação mais acelerada contribuindo significativamente para um nível de crescimento global mais expressivo em 2022 e 2023.

20. Prevê-se um crescimento económico das *economias emergentes e em desenvolvimento* de 3,8% para 2022, após uma recuperação verificada em 2021 de 6,8%. No entanto, este grupo de economias crescerá 1pp abaixo da projecção de Janeiro de 2022 como resultado do efeito dos altos preços de energia e matérias primas no mercado internacional. Não obstante, a recuperação em muitos países está sendo contida pelo ressurgimento de casos de COVID 19, lentidão na vacinação e pela retirada de apoio político em alguns casos e pelos efeitos do conflito entre a Rússia e Ucrânia no mercado internacional. Para o período de 2023 a 2025 prevê-se um crescimento médio anual de 4,5%.

21. Na *África Subsaariana (SSA)*, a economia cresceu cerca de 4,5% em 2021, impulsionada pela recuperação nos preços das mercadorias e um abrandamento das restrições sociais. No entanto, a recuperação continuou frágil e insuficiente para reverter um aumento da pobreza induzido pela pandemia e persiste a ameaça de surtos recorrentes da COVID 19. Deste modo, espera-se que o crescimento da SSA se situe em 3,8% em 2022 e 4,0% em 2023.

22. Não obstante, as perspectivas económicas e os riscos da economia global, emerge o risco do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, com efeitos nos mercados pressionando em alta os preços de energia, matérias-primas em 2022 e com possíveis impactos em 2023 e no médio prazo.

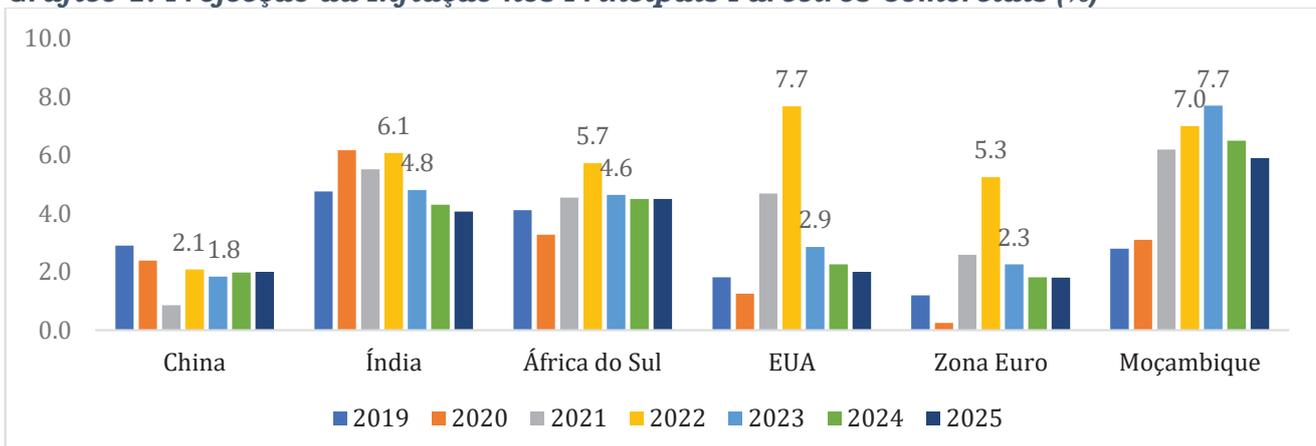
2.1.2. Perspectivas de Inflação

Espera-se que a inflação mundial permaneça em alta, como resultado das interrupções contínuas nas cadeias internacionais de abastecimento e dos altos preços de cereais e produtos petrolíferos.

23. De acordo com o FMI, em 2021, a inflação aumentou em vários países. Este aumento foi motivado pela escassez de insumos no mercado internacional, dada as rupturas verificadas nas cadeias produtivas globais.

24. Para 2022, as previsões, indicam que a inflação mundial continuará elevada situação que se vai prolongar por mais tempo, devido aos efeitos do conflito Rússia-Ucrânia, devendo registar uma média de 7,4%, sendo que se prevê uma inflação de 5,7% em economias avançadas e 8,7% em economias emergentes e em desenvolvimento. No entanto, o nível de incerteza às previsões é elevado, o que poderá levar a uma inflação persistentemente alta, caso haja agravamento dos desequilíbrios entre oferta e a procura, incluindo aqueles decorrentes da guerra, e novos aumentos nos preços de mercado.

25. No que concerne aos principais parceiros comerciais de Moçambique, no geral, as perspectivas da inflação apontam para uma ligeira aceleração dos preços em 2022, em linha com as tendências de aumento dos preços das principais mercadorias e uma tendência de redução no médio prazo, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Projecção da Inflação nos Principais Parceiros Comerciais (%)

Fonte: FMI-WEO Abril de 2022, MEF-Quadro Macro

26. Os aumentos de preços esperados, principalmente para China e África do Sul, que representam a maior fasquia das importações de produtos alimentares, equipamentos e maquinarias entre outros insumos em Moçambique, poderão criar pressão sobre o nível de preços domésticos.

2.1.3. Tendência do Comércio Internacional e de Preços das Mercadorias

Espera-se um aumento no volume do comércio mundial em 2022, porém a taxas relativamente menores face ao conflito entre a Rússia e Ucrânia e um aumento dos preços das mercadorias

27. O conflito entre a Rússia e Ucrânia e as sanções impostas a Rússia reduziram as expectativas de crescimento do volume do comércio, esperando-se assim, que o comércio mundial aumente em 5,0% em 2022 (1,7pp abaixo da previsão de Janeiro) e entre 2023 e 2025. Conforme a tabela abaixo.

Tabela 2. Perspectivas do Comércio Internacional (2022-2025)

Em Percentagem

Volume do Comércio	Real			Projeções			
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Mundo	0,9	-7,9	10,1	5,0	4,4	3,9	3,8
Importações	0,9	-8,4	10,3	5,3	4,6	3,9	3,8
Exportações	1,0	-7,5	10,0	4,7	4,3	3,9	3,6
Importações							
Economias Avançadas	2,1	-8,7	9,5	6,1	4,5	3,2	3,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	-1,1	-7,9	11,8	3,9	4,8	5,0	4,8
Economias da África Subsaariana	6,7	-10,1	0,7	9,8	4,5	4,4	3,9
Exportações							
Economias Avançadas	1,3	-9,1	8,6	5,0	4,7	3,7	3,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	0,4	-4,8	12,3	4,1	3,6	4,3	4,3
Economias da África Subsaariana	2,2	-9,6	1,3	5,2	4,4	5,5	4,9

Fonte: FMI, WEO-Abril 2022

28. Em relação aos serviços, espera-se que a actividade turística permaneça fraca até que a pandemia da COVID 19 esteja sob controlo, prevenindo-se assim, que o comércio de serviços cresça mais lento em relação ao comércio de bens.

29. No geral, espera-se uma melhoria na balança comercial para os grupos das economias avançadas, economias emergentes e em desenvolvimento, bem como na África subsaariana, sinalizando um abrandamento dos efeitos da crise pandémica. No entanto, as sanções impostas a Rússia e o aumento dos preços de energia devido a guerra reduziram as perspectivas de produção e de transacção de bens e serviços entre os países.

30. No que concerne aos preços globais das mercadorias alimentares e do petróleo vêm registando uma tendência ascendente com impacto significativo na inflação à nível mundial.

31. O aumento dos preços internacionais de alimentos e petróleo regista-se desde 2020, resultado, por um lado, das medidas de contenção da pandemia da COVID 19 que condicionaram a produção e a importação de insumos. Por outro lado, as restrições à exportação de alguns dos principais exportadores de alimentos, as condições climáticas desfavoráveis (por exemplo, a seca em algumas regiões de produção de trigo nos Estados Unidos da América (EUA), volatilidade cambial, custos de transporte e armazenagem, e conflitos em algumas regiões do mundo.

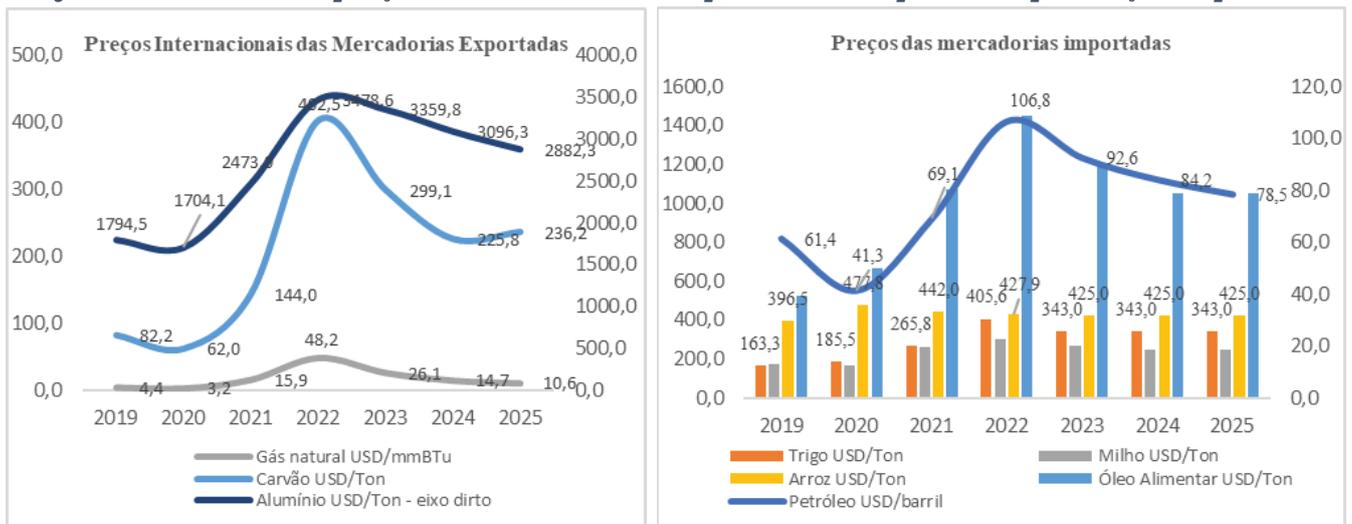
32. Tendo em conta a persistência das pressões do lado da demanda e as interrupções na produção relacionadas à guerra entre a Rússia e Ucrânia, as sanções impostas a Rússia principalmente as ligadas ao corte do acesso aos sistemas de pagamento internacionais interromperão os fluxos comerciais, principalmente de energia e alimentos com impactos sobre os preços destes no mercado internacional.

33. Assim, espera-se que os preços globais de alimentos se mantenham elevados, prevenindo-se para 2022 um incremento dos preços médios do trigo, milho e óleo alimentar em 52,6%, 15,7% e 34,9% respectivamente, e no caso do preço de arroz prevê-se uma redução em 3,2% com perspectivas de redução no médio prazo em todas as mercadorias alimentares e energéticas.

34. No que concerne ao petróleo bruto, a tendência actual do seu preço continua no sentido ascendente como resultado de maiores preocupações do mercado sobre a possibilidade de interrupções no fornecimento de petróleo, principalmente relacionadas ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Em 2022 o barril de petróleo custará em média 106,8 dólares americanos. De 2023 em diante o petróleo custará em média 85 USD/barril por ano.

35. O aumento dos preços internacionais das mercadorias terá efeitos sobre a economia moçambicana principalmente nos preços de alimentos, com destaque para o trigo, arroz, milho e óleo alimentar que tem um peso de cerca de 40% nas importações de bens de consumo em Moçambique e no preço internacional do petróleo com o peso de mais de 35% nas importações de bens intermédios. Esta situação poderá contribuir para a deterioração da balança comercial do país em 2022 e uma melhoria a partir de 2023 onde se espera uma tendência de queda ou de estabilização dos preços das mercadorias.

36. Os efeitos dos preços das principais mercadorias importadas por Moçambique poderão a curto prazo se traduzir na aceleração nos núcleos de inflação e no aumento do nível geral de preços.

Gráfico 2: Previsão dos preços das mercadorias exportadas e importadas por Moçambique

Fonte: FMI, WEO-Abril 2022

37. Em relação aos preços das mercadorias exportadas por Moçambique, no geral espera-se um agravamento em 2022 e tendência de redução a partir de 2023 embora permaneçam altos. As previsões do FMI apontam para um incremento acentuado do preço do carvão reflectindo um aperto no equilíbrio entre a procura e a oferta. Por seu turno, o mercado australiano experimentará uma redução do preço associada às restrições das importações na China e no Japão, com intenções de eliminar gradualmente o carvão até 2030.

38. Em relação ao preço do alumínio, as previsões apontam para um aumento de 40,7% para o ano de 2022, e queda no médio prazo, justificado em parte pela queda da oferta devido a pandemia assim como as tensões comerciais entre a China e os EUA.

39. O preço do gás natural¹ também seguirá a mesma trajectória de aumento em 2022, no entanto espera-se a redução dos preços 2023-2025.

2.2. Economia Nacional

Prevê-se que o ritmo de crescimento económico, no médio prazo, seja determinado pelo desempenho do sector real face as incertezas da pandemia e ameaças externas.

40. A economia moçambicana registou uma recuperação do crescimento económico em 2021, após a recessão registada em 2020, como resultado da boa gestão das medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da COVID 19. Este crescimento foi impulsionado pela dinâmica registada na Agricultura, Pescas, Comércio e Serviços financeiros.

41. A taxa de inflação média anual fixou-se em 5,7% em 2021, cerca de 2,6pp acima da observada em 2020. Esta aceleração reflecte a evolução dos preços dos produtos alimentares, dos combustíveis e o incremento dos custos de transporte na importação de mercadorias.

42. Para 2022, perspectiva-se um crescimento económico mais moderado, com uma taxa de crescimento do PIB a situar-se num intervalo entre 2,9% e 3,8%. Entre 2023 e 2025, prevê-se que a produção e exportação do gás natural determine o ritmo do crescimento económico, com o PIB real a crescer em média entre 5% e 8% por ano.

2.2.1. Principais Pressupostos Macroeconómicos 2023-2025

43. Tendo em conta a conjuntura económica e política actual, quer nacional quanto a internacional, o CFMP 2023-2025 apresenta três cenários de crescimento, um cenário base e dois alternativos (cenário pessimista e cenário optimista).

- i. **Cenário Base:** pressupõe um crescimento da actividade económica em 2023 de 5,0%, com a evolução satisfatória do processo de imunização contra a pandemia da COVID-19, desempenho satisfatório do sector produtivo, início da produção do gás natural da Área 4-Projecto Coral Sul no quarto trimestre de 2022, bem assim a melhoria da situação do conflito entre a Rússia e Ucrânia.
- ii. **Cenário Pessimista:** Assume que há choques sobre o cenário base, com um crescimento económico em 2023 de 4,4% relacionados com: (i) maiores restrições em relação as medidas de prevenção da COVID 19 face a eclosão de novas variantes mais infecciosas; (ii) choques de produtividade sobre os sectores económicos; e (iii) manutenção da situação de conflito Rússia-Ucrânia;
- iii. **Cenário Optimista:** Prevê a recuperação mais acelerada da actividade económica em 2023 (5,9%), com a redução dos efeitos da pandemia da COVID 19, um bom rumo das negociações sobre o conflito Rússia e Ucrânia no curto prazo e condições climáticas favoráveis, e bom desempenho dos sectores económicos.

¹ O preço de gás natural segue a mesma trajectória do preço do petróleo uma vez que nos contratos de compra e venda é acordado o preço do gás natural como uma percentagem do preço do petróleo.

Tabela 3. Projecção dos Indicadores Macroeconómicos 2022-2025

	2019 Real	2020 Real	2021 Provisório	2022 Lei	2023	2024 «« Projecção»»	2025
PIB Nominal em Milhões de Meticais							
Cenário Pessimista							
com gás					1.300.477	1.483.635	1.644.527
sem gás					1.284.031	1.412.924	1.556.818
Cenário Base							
com gás	956.786	974.511	1.048.323	1.124.977	1.313.907	1.508.805	1.687.738
sem gás					1.302.345	1.441.461	1.600.383
Cenário Optimista							
com gás					1.332.804	1.547.127	1.746.216
sem gás					1.312.010	1.464.443	1.640.022
Taxa de Crescimento Económico (%)							
Cenário Pessimista							
com gás					4,4	7,6	5,0
sem gás					3,5	3,8	4,4
Cenário Base							
com gás	2,3	-1,2	2,2	2,9	5,0	8,3	6,0
sem gás					4,2	4,4	5,1
Cenário Optimista							
com gás					5,9	9,5	6,9
sem gás					4,7	5,3	6,1
População	29,3	30,1	31,0	32,4	33,2	33,2	34,2
PIB per capita (Meticais)	32.643	32.342	33.844	34.749	39.617	45.494	49.400
Inflação Média Anual	2,8	3,1	5,7	7,0	7,7	6,5	5,9
Taxa de Câmbio (MT/USD)	62,6	69,5	65,5	64,2

Fonte: INE, MEF-Quadro Macro, 2022

44. Os cenários de crescimento económico estão sujeitos a um grau de incerteza, tendo em conta: (i) a disponibilidade de recursos à escala nacional e global para financiar as campanhas de imunização contra a COVID-19 nos países de baixa renda, (ii) manutenção dos factores de pressão sobre os preços dos alimentos e dos combustíveis, (iii) ataques dos insurgentes na zona norte do país, e (iv) aumento da frequência e intensidade dos choques climáticos.

45. No entanto, a programação do CFMP 2023-2025 tomará a trajectória da economia do cenário base com gás, que prevê um crescimento de 5,0% em 2023, tendo em conta os níveis

de incerteza que poderão influenciar a dinâmica da actividade económica e a conjuntura macroeconómica do País.

2.2.2. Projecção da Oferta

A oferta agregada será influenciada pelo crescimento acelerado que se espera nos sectores económicos, com destaque para a agricultura, indústria extractiva, construção.

46. As perspectivas de crescimento económico na óptica da produção, e tendo em conta o cenário base que é o de programação do presente CFMP, apontam que entre 2023 e 2025 a economia nacional poderá crescer em média 6,4% ao ano, conforme a tabela 4.

Tabela 4. Projecção das taxas de crescimento sectoriais 2023-2025 com gás (%)

Taxas de Crescimento Sectoriais (%)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
	Real	Provisório	Lei		Cenário Pessimista			Cenário Base			Cenário Optimista		
Agricultura	1,1	3,4	3,7	4,7	3,0	2,9	3,2	5,2	6,0	7,0	5,6	6,2	7,0
Pescas	2,3	-1,0	1,8	1,5	1,7	1,5	1,4	2,5	2,7	3,5	3,0	3,3	3,5
Ind. Extraç. Mineira	-3,7	-15,1	-1,0	4,1	23,1	60,8	14,1	23,1	60,8	14,1	26,4	65,1	16,3
Industria Transformadora	1,4	-1,5	0,6	2,0	2,5	2,8	3,5	2,5	2,8	3,5	3,6	4,0	4,5
Electricidade, Gás e Água	-1,1	7,6	-2,9	3,2	3,2	3,5	4,0	3,2	3,5	4,0	4,3	4,5	5,5
Construção	2,2	-0,9	0,2	2,5	2,8	3,2	4,5	5,0	6,0	7,5	5,5	6,0	7,0
Comércio e Serv. Reparação	0,0	-2,5	1,3	1,6	2,3	2,5	2,9	2,3	2,5	3,5	3,5	4,0	5,0
Hoteis e Restaurantes	1,0	-22,1	-0,6	-1,5	1,4	1,6	2,4	2,4	2,6	3,0	3,3	3,6	4,5
Transportes, Arma. e Infor e	4,2	-1,9	0,0	2,0	3,2	3,5	4,5	3,2	3,5	4,5	4,2	4,6	5,5
Serviços Financeiros	4,0	-0,7	2,1	2,4	3,3	3,5	4,2	3,3	3,5	4,2	4,3	4,5	6,0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	4,5	1,1	2,2	3,5	3,7	4,0	4,6	3,7	4,0	4,6	5,1	5,5	6,1
Administração Publica	4,1	-7,1	2,6	3,5	3,8	4,0	4,8	3,8	4,0	4,8	4,5	5,0	6,0
Educação	0,9	-1,3	2,9	3,0	3,5	3,7	4,0	3,5	3,7	4,0	4,1	4,4	5,5
Saúde e Acção Social	4,1	8,5	7,3	8,6	8,7	8,9	9,2	8,7	8,9	9,2	9,2	9,5	10,0
Outros Serviços	3,3	3,1	3,1	3,1	3,5	3,7	3,5	3,5	3,7	3,5	3,2	3,5	3,5
PIB Real	2,3	-1,2	2,2	2,9	4,4	7,6	5,0	5,0	8,3	6,0	5,9	9,5	6,9

Fonte: INE, MEF-Quadro Macro, 2022

47. O crescimento da economia no médio prazo será influenciado pela dinâmica esperada nos sectores económicos, com destaque para a agricultura, indústria extractiva, indústria transformadora construção como resultado dos vários projectos em implementação no âmbito do PQG 2020-2024 e Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais.

48. **Agricultura:** o crescimento esperado no sector da agricultura será impulsionado pelo aumento da produção de cereais, (em média de 4,7% por ano) com destaque para o milho, mapira e arroz, aumento da produção de oleaginosas (em média 7% ao ano) e pelo aumento da produção de leguminosas (em média 5,5% ao ano), como resultado dos investimentos no âmbito Programa Sustenta que tem aumentado a provisão de sementes melhoradas e assistência técnica aos produtores e todos actores do sector o que tem contribuído para o incremento na produtividade de todas as culturas alimentares. Contribuirão igualmente, para o

aumento da produção os investimentos privados no país.

49. **Construção:** O sector da construção será influenciado pela implementação de projectos de reabilitação e construção de infra-estruturas públicas e privadas. O Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) irá dinamizar a construção de infra-estruturas sociais onde se destaca a construção de fontes de abastecimento de águas através do Programa Projecto Água Segura para as zonas rurais. Contribuirá igualmente para o desenvolvimento de infra-estruturas a implementação do projecto de Saneamento Urbano.

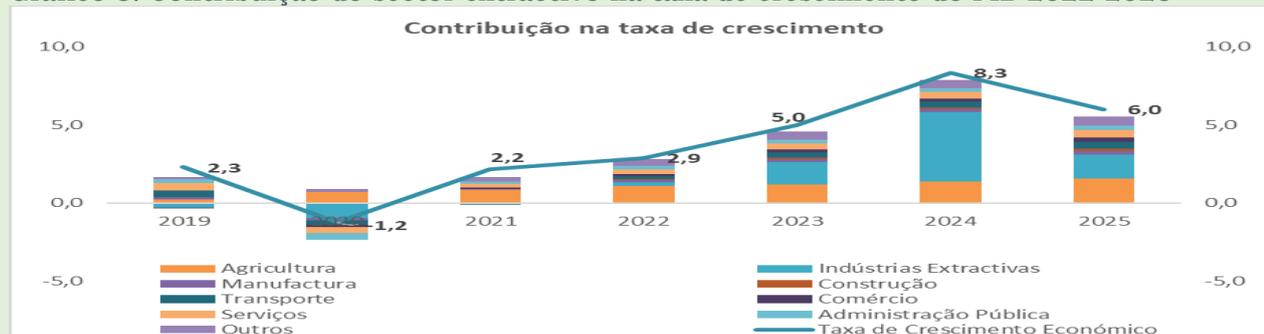
50. **Indústria Extractiva:** será o sector com o crescimento mais assinalável face as perspectivas de início da produção do gás natural a partir do segundo semestre de 2022. O projecto Coral Sul da ENI na área 4 da Bacia do Rovuma tem o início de produção e exportação do gás natural liquefeito (GNL) e o condensado previsto para o último trimestre de 2022.

Caixa 1. Contribuição do Gás Natural no Crescimento Económico

O projecto Coral Sul FNLG terá um impacto significativo na economia nacional através da sua contribuição no crescimento económico, nas receitas de exportação e nas receitas do Estado. Contudo, não se espera muitas ligações com os restantes sectores da economia, uma vez que a produção será em águas profundas (*offshore*), a mais de 50km de Cabo Delgado continental o que limita o efeito multiplicador do projecto.

No médio prazo prevê-se que a produção do gás natural do Projecto Coral Sul acelere o processo de recuperação da economia face aos diferentes choques exógenos que vem assolando o País nos últimos 5 anos. Assim, no cenário base, a taxa de crescimento económico poderá alcançar níveis históricos, alcançado cerca de 8,3% em 2024.

Gráfico 3. Contribuição do sector extractivo na taxa de crescimento do PIB 2022-2025



Fonte: INE, MEF-Quadro Macro, 2022

A indústria extractiva será o sector que irá contribuir de forma significativa no crescimento económico no médio prazo. O gás natural contribuirá em média com cerca de dois pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB entre 2023 e 2025.

51. **Saúde e Acção Social:** Este sector continuará a ser influenciado pelos investimentos na área da saúde para questões ligadas a COVID-19 bem como a melhoria no atendimento e provisão de cuidados preventivos e assistência de saúde; criação e apetrechamento de Unidades de Cuidados Intensivos nas Unidades Sanitárias do País e aumento da cobertura de Partos Institucionais; a acção social será influenciada pela expansão dos programas de assistência social às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

52. Para além da dinâmica esperada nos sectores de actividade, o crescimento económico será influenciado pelos projectos de investimento público no âmbito da implementação do PQG 2020-2024, projectos financiados por parceiros, projectos de investimento directo estrangeiro e nacional bem como projectos de natureza administrativa e institucional.

Tabela 5. Projectos de investimentos que irão contribuir para o crescimento do PIB

PROJECTOS COM FINANCIAMENTO DE PARCEIROS					
Nº de Ordem	Nome do Projecto	Custo (USD 10 ³)	Custo (EUR 10 ³)	Fonte de Financiamento	Localização (Provincia/Distrito)
Recursos Minerais e Energia					
1	Promoção de Sistemas de Irrigação_RERD II+	11,400,000		Belgica	Manica e Zambézia
2	ProEnergia_Apoio aos deslocados de Cabo Delgado e promoção de sistemas solares residenciais	16,000,000		Banco Mundial	Cabo Delgado
3	Projecto de reforço_Projecto STIP Lote B: Construção de Subestações em TETE e construção de uma linha de 66kV, Songo até a nova Subestação de Canangola	16,443		kFW (Alemanha)	Tete
4	Mapeamento de Zonas de Risco da Atividade Mineira e Petrolífera	340		OE	Sofala, Zambezia e Nampula
Indústria e Comércio					
5	Projecto de Ligações Económicas para Diversificação (PLED)	100,000.00		Banco Mundial	Tete, Cabo Delgado e Nampula
6	Projecto da Zona Especial de Processamento Agro-industrial (ZEPA) do Corredor de Desenvolvimento Integrado Pemba Lichinga	43,080.00		BAD	Niassa e Cabo Delgado
7	Projecto de desenvolvimento da indústria local (Cadup Kaizen)	3,000.00		JIKA	Todo Pais
8	Projecto de desenvolvimento de conteúdo local para jovens e mulheres em negócios MPME's em Moçambique	990.00		BAD	Maputo e Cabo Delgado
9	PRSP III	778.82		ITÁLIA	Sofala, Nampula e Cabo Delgado
10	PROMOVE Comércio		2,670.00	Fundo Europeu de Desenvolvimento (Acordo de Parceria ACP-UE)	Nampula e Sofala
11	Programa Nacional Integrado de Facilitação de Comércio (Projecto Comércio e Conectividade da África Austral (PCCAA))		1,000.00	Banco Mundial	Corredores de Nacala e Beira que ligam Moçambique ao Malawi, e ao longo do Corredor de Maputo que liga Moçambique à África do Sul através da Ponta d'Ouro.
Pescas					
12	Projecto de Criação do Modelo de Desenvolvimento do Centro Pequero	-		Governo do Japão	Nampula (Memba, Nacala Velha, Nacala Porto, Mossuril e Mogincual)
13	Projecto Comércio e Conectividade de Africa Austral	750		Banco Mundial	Nampula- Nacala
14	Projecto de Desenvolvimento da Aquacultura de Pequena Escala (PRODAPE)	49,018		IFAD	Niassa (Lago, Lichinga e Mecanhelas), Cabo Delgado (Metuge, Mueda e Balama), Nampula (Mossuril, Ribaué e Larde), Zambézia, (Milange, Nicoadala e Mocubela) Tete (Cahora Bassa, Magoé e Marávia), Manica(Sussundenga, Vanduzi, Gondola e Mossurize) e Sofala (Beira, Dondo, Gorongosa e Buzi)
14	Projecto Comunitário de Aquacultura de Mexilhão na Ilha da Inhaca - SAPPHERE	85		Convenção de Nairobi	Maputo (KaNyaka)
Total		27,614,484.75	3,670.00		

2.2.3. Projecção da Procura Agregada

Prevê-se o fortalecimento de todas as componentes da procura agregada, com destaque para o consumo privado e as exportações.

53. Analisando o comportamento da procura agregada, prevê-se, para 2022, um desempenho assinalável em todas as suas componentes em resultado do relaxamento das restrições impostas pela pandemia COVID 19.

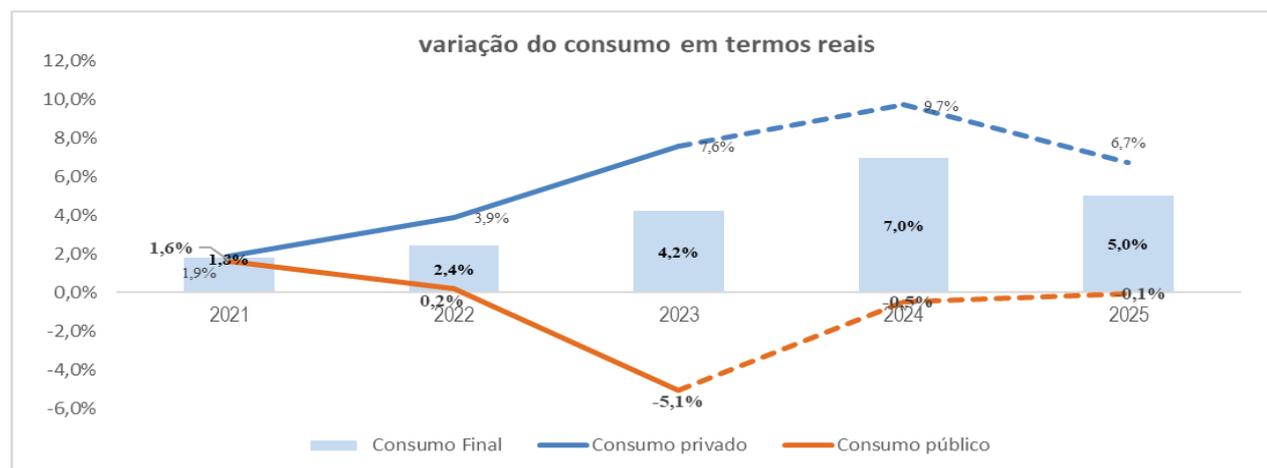
Tabela 6. Projecção do PIB na Óptica da Despesa

Taxa de Cresc. real das componentes da procura agregada (%)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
	Real	Prov	Lei	>>projecção<< Cenário Pessimista			>>projecção<< Cenário Base			>>projecção<< Cenário Optimista		
PIB	-1,2%	2,2%	2,9%	4,4%	7,6%	5,0%	5,0%	8,3%	6,0%	9,5%	6,1%	6,0%
Consumo Final	-0,8%	1,8%	2,4%	3,7%	4,9%	4,6%	4,2%	7,0%	5,0%	8,0%	5,1%	5,0%
FBCF	-8,8%	-5,5%	5,3%	0,2%	0,3%	3,0%	3,7%	5,9%	3,6%	6,7%	3,8%	3,3%
Exportações	-14,1%	4,0%	5,6%	10,8%	24,7%	20,5%	11,6%	23,0%	11,8%	28,5%	12,1%	10,0%
Importações	-10,8%	2,3%	3,1%	4,8%	8,2%	5,4%	5,4%	8,9%	6,4%	10,2%	6,6%	6,4%

Fonte: INE, MEF-Quadro Macro, 2022

54. **Consumo:** O alívio das medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19 com o fim da situação de calamidade pública no país irá contribuir para o fortalecimento do consumo privado no médio prazo, enquanto que o consumo público tenderá a decrescer em resultado das medidas de consolidação fiscal em curso.

Gráfico 4: Projecção da variação do consumo em termos reais 2023-2025 no cenário base



Fonte: INE, Quadro Macro-MEF 2022, Mapa Fiscal-Projecções do CFMP 2023-2025

55. **Formação Bruta do Capital Fixo:** Após a retração dos investimentos públicos e privados em 2020 e 2021, perspectiva-se uma recuperação no período 2022-2025 o que irá contribuir para o crescimento da Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF) em linha com as perspectivas de investimentos no médio prazo.

56. **Exportações e Importações:** Após a queda significativa dos fluxos comerciais de bens e serviços em 2020 que foi influenciado pela conjuntura económica internacional adversa, resultado da crise pandémica e da queda dos preços internacionais das mercadorias, espera-se que a recuperação das exportações registada em 2021 se consolide no médio prazo, prevendo-se uma melhoria do saldo da conta de bens até 2025.

Tabela 7. Balança Comercial (Milhões de USD) 2022-2025

Balança Comercial (Milhões de USD)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
		Provisório		««Projecção Cenário Base»»			
Conta de Bens	- 2.084	- 2.295	- 2.258	- 6.288	- 2.507	- 1.829	- 1.789
Exportação de Bens	4.669	3.588	5.579	6.702	7.073	8.194	8.613
dq Grandes projectos	3.278	2.504	4.032	4.908	5.107	6.149	6.481
Importação de Bens	6.753	5.883	7.837	12.990	9.580	10.023	10.402
dq Grandes projectos	1.404	774	794	5.395	2.233	2.572	2.713

Fonte: BM, MEF-Quadro Macro 2022

57. As perspectivas de aumento da produção dos produtos exportados (carvão, alumínio, produtos agrícolas) face a abertura dos mercados e o início de produção do GNL terão efeito significativo sobre as exportações de bens o que irá impulsionar a procura agregada. De igual modo, perspectiva-se um incremento nas importações em particular dos grandes projectos, reflectindo a implantação do Projecto Coral Sul FLNG na área 4 da Bacia do Rovuma.

2.2.4. Perspectivas de Emprego

58. A geração de empregos entre 2023-2025 será influenciada pelos investimentos públicos apresentados na secção 2.2.2 que irão contribuir com 31.267 empregos e os investimentos directo estrangeiro e nacional que se espera implementar neste período, que poderão contribuir com 55.266 empregos, totalizando cerca de 86.533 novos postos de trabalho.

Tabela 8. Perspectivas de Oportunidades de Emprego 2023-2025

Área de actividade	Localização	Nº de Projectos	Fonte de Financiamento	Emprego Previsto
Turismo	Maputo-Macaneta	1	Privado (IDE)	22.564
	Maputo- Ponta Membene	1	Privado (IDE)	500
Pescas	Nampula, Maputo, Sofala, Tete, Manica, Zambézia, Niassa e C. Delgado	4	Público (Financiamento Externo)	17.853
Indústria	Tete	1	Privado (IDE)	2.000
	Tete, C Delgado e Nampula	7	Público (Financiamento Externo)	10.000
Recursos Minerais	Inhambane, Cabo Delgado Bacia do Rovuma	4	Privado (IDE)	30.670
Energia	Niassa- Cuamba	1	Privado (IDE)	535
	Sofala	2	Privado (IDE)	265
	Manica, Zambézia, C. Delgado, Tete, Sofala e Nampula	4	Público (Financiamento Externo)	815
Terra e Ambiente	Nampula, Maputo, Manica, Sofala, Niassa, Tete, Zambézia	6	Público (Financiamento Externo)	1.331
Total		31		86.533

Fonte: CFMP

59. Contribuirão para esta cifra os empreendimentos nos sectores de turismo, pescas (através dos projectos de fomento da aquacultura para produção de peixe e mexilhão), indústria (projecto de ligações empresariais entre as micro, pequenas e médias empresas e os grandes projectos), recursos minerais com foco nos projectos de exploração de gás em todo o território nacional e os projectos de energia em linha com os objectivos de aumentar o acesso à electricidade a toda população moçambicana.

60. Para além dos empregos directos esperados dos investimentos privados nacional e estrangeiro, o governo continuará a envidar esforços para aumentar os níveis de empregabilidade com a implementação das seguintes acções:

- ✓ Financiar 6.061 iniciativas juvenis para o auto-emprego, geração de rendimentos no âmbito do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis e Programa EMPREGA;
- ✓ Alocar 1.542 kits para o auto-emprego no âmbito do Programa Meu Kit, Meu Emprego; e

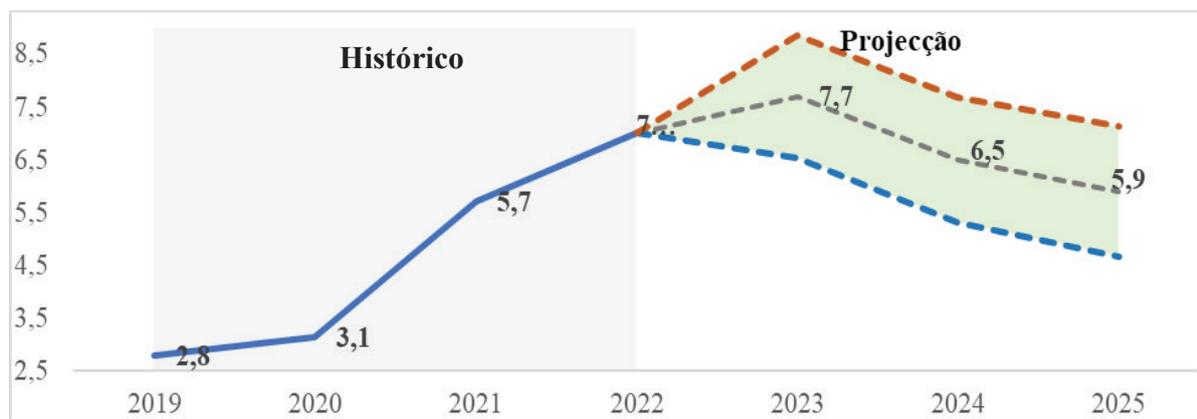
- ✓ Promover estágios pré-profissionais remunerados e não remunerados para 72.832 beneficiários como mecanismo para elevar o nível de empregabilidade.

61. Com a dinâmica esperada nos sectores de actividade, espera-se que no período 2023-2025 sejam registados cerca de 2,1 milhões de empregos em linha com os objectivos do PQG 2020-2024.

2.2.5. Perspectivas de Inflação

Os preços dos produtos alimentares e administrados continuarão a ser os motores das tendências inflacionárias no médio prazo.

62. Em relação aos preços domésticos, projecta-se, para 2022, uma taxa de inflação média de 7%, em linha com os desenvolvimentos recentes da economia aliada ao relaxamento das restrições da COVID 19 com o fim da situação de calamidade pública, o que irá gerar alguma pressão sobre a procura agregada, bem como o aumento dos preços internacionais de combustíveis e cereais no mercado internacional.

Gráfico 5: Projecção da Taxa de Inflação Média Anual 2022-2025, Cenário Base

Fonte: INE, MEF-Quadro Macro 2022

63. A evolução dos preços será igualmente influenciada pelas perspectivas de manutenção em alta dos preços internacionais das principais mercadorias importadas por Moçambique, e pelo recente agravamento dos preços dos combustíveis com impacto nos núcleos da inflação (*core inflation*).

2.2.6. Taxa de Câmbio

64. Em relação a taxa de câmbio do metical face as principais moedas (USD, ZAR, EURO), espera-se que continue a evoluir de forma controlada e a manutenção da sua estabilidade em linha com os objectivos da política cambial.

3. Perspectivas Fiscais de Médio Prazo

Perspectiva-se a sustentabilidade fiscal e o fortalecimento das finanças públicas através de reformas e aprofundamento da consolidação fiscal.

65. A política fiscal continuará orientada, por forma, a garantir a sustentabilidade fiscal e o fortalecimento das finanças públicas através de implementação de reformas e aprofundamento da consolidação fiscal (com foco na gestão da dívida pública).

66. As reformas na gestão das finanças públicas irão consistir na reconstituição do espaço fiscal, redução dos níveis de endividamento público e das vulnerabilidades de financiamento. No âmbito da receita, incidirá sobre as reformas de administração fiscal e da política do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e no âmbito da despesa sobre a reforma da massa salarial visando reduzir a pressão salarial sobre as finanças públicas e conduzir a convergência para os níveis médios observados em toda a região, como rácio do PIB.

3.1. Objectivos e Prioridades do Governo

67. Objectivo do Governo no médio prazo continuará assente na recuperação da situação socioeconómica do país e na adopção de uma economia mais diversificada e competitiva, com base na intensificação dos sectores produtivos, com potencial para elevar

a geração de renda e criação de mais oportunidades de emprego, sobretudo, para jovens.

68. A acção governativa no quinquénio 2020-2024 está orientada para a

“implementação de medidas de política que garantam a estabilidade macroeconómica e consolidação fiscal, priorização na alocação de recursos para a provisão de bens e serviços públicos básicos a população para sectores produtivos prioritários e estratégicos para dinamizar o crescimento económico, criação de um ambiente favorável ao investimento público e privado, criação de oportunidades para a geração de emprego, a melhoria da qualidade dos serviços públicos a população e as empresas.”

69. No que concerne as prioridades, o quadro fiscal 2023-2025 continuará a privilegiar a alocação dos recursos para os sectores produtivos, a agricultura, pesca e aquacultura, indústria, turismo e infraestruturas económicas e sociais tendo em vista o crescimento económico de base ampla e tornar a economia moçambicana mais diversificada e inclusiva.

70. De igual modo, será priorizada a alocação dos recursos para os sectores sociais de modo a garantir a provisão de bens e serviços básicos à população, dentre outros, o saneamento do meio, rede sanitária primária, rede escolar primária e a electrificação rural e urbana.

3.2. Medidas de Política Fiscal

No médio prazo, a política fiscal será orientada para garantir a sustentabilidade fiscal com a implementação de reformas na gestão das finanças públicas e maior controlo dos riscos fiscais.

71. A médio prazo perspectiva-se reformas na gestão das finanças públicas, de modo, a garantir a sustentabilidade fiscal, orientando a política para a implementação de medidas que visam: (i) incrementar os níveis de arrecadação de receitas; (ii) assegurar maior controlo dos gastos correntes; e (iii) garantir melhorias na gestão da dívida pública.

Tabela 9. Projecção dos Ganhos das Medidas Fiscais 2023-2025

	2022	2023	2024	2025
GANHOS COM TODAS MEDIDAS (Milhões de Metcais)	-9.600,0	12.308,4	26.601,9	43.329,6
I. Medidas do lado da Receita Fiscal (I.1+I.2)		12.783,1	13.032,1	13.296,0
I.1. Reforma do IVA (Eliminar as isenções e revisão da alíquota do IVA)		8.633,5	8.633,5	8.633,5
I.2. Alargamento da base tributária do IRPS no âmbito da TSU	1.964,6	4.149,6	4.398,6	4.662,5
II. Medidas do lado da Despesa de Funcionamento (II.1+II.2)	9.600,0	474,6	- 13.569,9	- 30.033,6
II.1. Racionalização da massa salarial (Implementação da TSU)*	9.600,0	19.200,0	- 4.064,4	- 19.569,6
II.2 Racionalização de outros gastos de funcionamento (maior aperto em 2023)		- 18.725,4	- 9.505,5	- 10.464,0
GANHOS COM TODAS MEDIDAS (I-II) EM % do PIB	-0,82	0,94	1,76	2,57
I. Medidas do lado da Receita Fiscal		0,97	0,86	0,79
II. Medidas do lado da Despesa de Funcionamento	0,82	0,036	-0,90	-1,78

* inclui a (i) limitação de novas admissões, com excepção para os sectores de Educação, Saúde e Agricultura (Extensionistas), privilegiando para os restantes, a mobilidade de funcionários e (ii) a admissão de um novo funcionário por cada três saídas (aposentação)

Fonte: Mapa Fiscal, Projecções CFMP 2023-2025

72. Como resultado da implementação de medidas de reformas, no período entre 2023-2025, prevê-se um ganho médio do espaço fiscal em cerca de 1,8% do PIB por ano, conforme a tabela 9.

3.2.1. No âmbito da política tributária

73. A política tributária estará voltada para a melhoria dos processos, trazendo mais eficiência, equidade e justiça social na arrecadação das receitas do Estado de modo a reduzir o *gap* de financiamento às despesas do Estado e permitir desta forma melhorias na provisão de serviços sociais bem como reduzir o nível de endividamento público.

74. No período entre 2022 e 2025 a política tributária terá o seu enfoque na melhoria da eficiência e eficácia na cobrança de

receitas através da continuidade na implementação das medidas de reformas de política e reformas administrativas, que incluem (i) reforma ao IVA, (ii) alargamento da base tributária do IRPS com a TSU; e (iii) Medidas Administrativas.

75. No âmbito da reforma do imposto sobre o valor acrescentado, estima-se que o Estado perde em média cerca de 0,8% do PIB com as isenções do IVA, deste modo, pretende-se com as reformas racionalizar (eliminar) as isenções de modo a reduzir as distorções que estas causam na capacidade de colecta e gestão deste imposto, gerando ineficiências e altos custos para a administração tributária.

Caixa 2. Impacto da Racionalização das Isenções do IVA na Receita

Prevê-se que a racionalização (eliminação) das isenções seja faseada, salvaguardando a necessidade de manutenção para produtos básicos. Assim, foram desenhados cenários do impacto da reforma do IVA e os seus ganhos na receita, conforme a tabela abaixo.

Tabela 10. Impacto da Racionalização das Isenções do IVA na Receita

Descrição da Reforma	linha de base - s/ reforma				Cenário 1			Cenário 2		
	2022	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Alíquota do IVA (%)			17,00			17,00			16,50	
Eliminação das isenções do IVA excl. bens e serviços essenciais					✓			✓		
Receita do IVA líquido (% do PIB)	6,5	6,34	5,80	7,42	7,11	6,47	7,83	7,00	6,37	7,93
Varição da Receita do IVA (% PIB)					0,77	0,67	0,60	0,66	0,57	0,51

Conforme se pode depreender da tabela acima a eliminação das isenções do IVA em 2023 com a manutenção da alíquota em 17% tem o potencial de gerar um ganho adicional na receita de 0,77% do PIB em 2023, 0,67% do PIB em 2024 e 0,6% do PIB em 2025.

Uma vez que a eliminação das isenções do IVA poderá afectar o custo de vida, como forma de aliviar o choque, principalmente para os mais pobres, propõe-se a combinação da eliminação das isenções e redução da alíquota do IVA em 0,5pp. Neste caso são também visualizados ganhos significativos na receita do IVA em cerca de 0,66% do PIB em 2023, 0,57% do PIB em 2024 e 0,51% do PIB em 2025.

76. No âmbito do alargamento da base do IRSP devido a TSU espera-se incrementos assinaláveis nos níveis salariais com impacto sobre a base tributária deste imposto, com a implementação da TSU, a partir do segundo semestre de 2022.

Prevê-se que um grupo de funcionários públicos passará a auferir acima do mínimo tributável (isto é, salários anuais maiores que 225.000 meticais), o que irá gerar ganhos adicionais na arrecadação do IRPS.

Caixa 3. Impacto do alargamento da base do IRSP devido a TSU

O IRPS é aplicável sobre os intervalos de rendimentos estabelecidos por Lei. Para cada intervalo de rendimento aplica-se uma determinada taxa de imposto e um montante adicional que é retido em função do número de dependentes.

Actualmente o rendimento mínimo tributável é de MT 225.000 ao ano sobre o qual incide uma taxa de 10%.

Tabela 11. Impacto do Aumento da Base Tributária do IRPS devido a TSU

Descrição da Reforma	2023	2024	2025
AUMENTO DA BASE DO IRPS NO ÂMBITO DA TSU			
Receita adicional (% PIB)	0,32	0,29	0,27

Com a implementação da TSU espera-se um ganho médio do IRPS de cerca de 0,3% do PIB ao ano entre 2023 e 2025.

77. No âmbito das Medidas administrativas, para além das reformas fiscais, o Governo continuará a implementar medidas administrativas para incrementar a receita, no período de 2023-2025, que visam:

- Melhorar o controlo do trânsito aduaneiro através da implementação do projecto de rastreamento e de controlo da mercadoria em trânsito no território nacional;
- Aprimorar os três instrumentos ligados ao Sistema Tributário, designadamente Janela Única Electrónica (JUE), e-tributação e Máquinas Fiscais;
- Assegurar o funcionamento em pleno do processo da marcação de combustíveis;
- Intensificar a fiscalização, da facturação e da selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado;
- Regularizar viaturas de matrícula estrangeira;
- Criar novos juízos de execuções fiscais nas províncias e seus respectivos armazéns para guardar os bens penhorados.

3.2.2. No âmbito da Política Orçamental

78. A política orçamental estará assente no aprofundamento da consolidação fiscal através de mecanismos de gestão das finanças públicas mais eficazes e eficientes com foco na gestão da dívida pública.

79. Deste modo, a racionalização da despesa pública irá se consubstanciar nas seguintes acções:

- Modernização e reformas da administração pública, à luz da Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro, que estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE.
- Implementação da política salarial assente na descompressão da massa salarial para níveis consentâneos com a sustentabilidade orçamental através de:
 - Implementação da nova pirâmide salarial a luz da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro que define as regras e os critérios para a fixação de remuneração dos serviços públicos, dos titulares ou membros de órgão público e dos titulares e membros dos órgãos da Administração da Justiça e aprova a Tabela Salarial Única (TSU);

- Limitação de novas admissões, com excepção para os sectores de Educação, Saúde e Agricultura (Extensionistas), privilegiando para os restantes, a mobilidade de funcionários;
 - Garantir que a admissão de um novo funcionário seja apenas efectuada com a saída de três (aposentação);
- Crescimento reduzido das outras despesas de funcionamento.
 - Afectação criteriosa dos recursos em linha com as prioridades do Governo através da reorientação de recursos para os sectores da Educação, Saúde e Acção Social, Agricultura, Infra-estruturas, e as Forças de Defesa e Segurança, bem como a materialização dos compromissos sectoriais assumidos.

80. No âmbito implementação da política salarial existe um potencial de gerar ganhos na despesa com salários e remunerações. No entanto, o impacto inicial da nova pirâmide salarial será de agravamento da massa salarial em cerca de 0,5pp em 2023, contudo a partir de 2024, o rácio dos salários e remunerações em relação ao PIB tenderá a reduzir em cerca de 0,8pp em 2024 e 1,1pp em 2025 fixando-se em cerca de 11,3%.

81. No âmbito da limitação do crescimento das outras despesas de funcionamento, espera-se uma redução em 2023, com destaque para: (i) outras despesas com pessoal, através da redução das ajudas de custos para dentro do país; (ii) corte na rubrica de Bens e Serviços; e (iii) a limitação do crescimento das transferências correntes.

82. Não obstante a postura de redução das despesas de funcionamento, a incerteza em relação ao desfecho do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e os seus efeitos nos preços domésticos, torna crucial uma provisão adicional na rubrica de subsídios de modo a proteger as camadas mais desfavorecidas em caso de um aumento acentuado nos preços de bens e serviços fundamentais.

3.3. Quadro Macro Fiscal e Metas

83. O quadro macro fiscal tabela 12, mostram a perspectiva de desempenho fiscal no médio prazo, consentâneos com os objectivos e prioridades do Governo para o triénio e em linha com os programas de ajuste fiscal com o FMI e apoio geral ao orçamento do Estado pelo Banco Mundial. Para o presente CFMP é considerado o cenário base consentâneo com os pressupostos macroeconómicos.

Tabela 12. Quadro Macro Fiscal 2023-2025

Em Mil Milhões de Meticais	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	CGE	CGE	REO	Lei	«« Projecção Cenário Base »»		
Sector Real							
PIB NOMINAL (milhões de MT)	968,0	974,6	1.048,3	1.165,9	1.313,9	1.508,8	1.687,7
CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)	2,3	-1,2	2,2	2,9	5,0	8,3	6,0
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)	2,8	3,1	5,7	5,3	7,7	6,5	5,9
Sector Fiscal							
Receita do Estado	276,8	235,2	265,9	293,9	336,9	385,8	441,9
Receita Corrente	269,2	224,5	255,4	273,6	311,5	357,5	412,8
Receitas fiscais	239,3	196,5	221,7	232,4	277,9	316,8	369,6
Impostos sobre Rendimentos	144,2	99,4	99,9	113,3	132,6	158,0	164,8
dq. IRPS	37,3	40,9	40,5	45,5	56,8	67,0	73,1
Impostos sobre Bens e Serviços	88,4	87,3	109,3	108,0	129,8	139,3	180,3
dq. Imposto s/ Valor Acrescentado	64,1	62,6	81,1	73,1	91,9	94,5	132,1
Outros Impostos Fiscais	6,7	9,8	12,5	11,1	15,5	19,5	24,5
Despesa Total	283,4	349,9	347,0	404,3	385,6	426,2	459,4
Despesa Corrente	195,8	226,7	250,9	284,9	298,6	324,0	352,9
dq Salários e Remunerações	108,4	118,3	133,3	147,7	173,6	186,7	190,8
Bens e Serviços	25,7	39,2	42,4	46,3	37,5	41,2	44,1
Encargos da Dívida (juros)	29,7	27,4	27,0	44,7	40,9	44,8	63,8
Transferências Correntes	25,6	32,3	34,5	34,5	35,8	39,8	42,4
dq Pensões	13,4	17,1	19,1	18,9	19,8	21,8	22,9
Programas INAS	6,6	4,8	6,2	4,8	6,0	6,3	6,5
Subsídios	1,1	1,5	1,6	2,0	2,6	2,2	2,3
Saldo Corrente (Receita Corrente -Despesa de Corrente)	73,4	-2,3	4,5	-11,3	12,9	33,5	59,9
Despesa de Investimento	72,1	84,1	73,1	114,7	79,9	94,6	94,6
Interno	44,7	44,2	33,9	32,4	27,5	28,2	28,2
Exteno	27,3	39,9	39,2	82,3	52,4	66,4	66,4
Empréstimos Líquidos	13,9	6,8	3,6	4,7	6,3	5,7	10,0
Outras Despesas (+) / Receitas (-)	1,4	32,3	19,0				
Saldo Global Antes Donativos (Receita do Estado-Despesa Total)	-6,6	-97,1	-81,0	-105,3	-48,7	-40,4	-17,5
Donativos	11,1	38,4	18,7	86,9	38,2	35,7	35,6
Projectos	11,1	23,3	18,7	73,7	31,4	28,6	35,6
AGO	0,0	15,0	0,0	13,2	6,8	7,1	0,0
Saldo Global Após Donativos	4,5	-58,7	-62,4	-18,5	-10,5	-4,6	18,1
Saldo Primário Global	34,2	-31,4	-35,4	26,2	30,4	40,2	82,0
Empréstimos Externos	19,1	21,2	6,1	-14,5	6,3	13,7	-3,9
Projectos de Investimento	16,4	13,6	20,0	8,7	22,1	37,8	30,8
Contravalores	20,5	27,5	2,7	3,1	13,3	12,8	3,5
dq AGO incluindo SDR FMI	7,2	22,8	0,0	0,0	8,8	9,3	0,0
Amortização	-17,8	-22,7	-17,1	-26,2	-29,1	-36,9	-38,2
Crédito Interno Líquido (CLG)	-23,6	37,5	56,3	33,0	4,3	-9,0	-14,2
Amortização de Financiamento Interno	-14,0	-19,1	-25,9	-20,1	-26,3	-35,5	-39,6
Crédito Interno	28,5	54,1	51,2	53,1	30,6	26,5	25,4
Saldo Primário Doméstico	65,9	-8,3	8,1	21,3	51,6	78,4	124,7
Em % do PIB							
Receita do Estado	28,6	24,1	25,4	25,2	25,6	25,6	26,2
Despesa Pública	29,3	35,9	33,1	34,7	29,3	28,2	27,2
dq Salários e Remunerações	11,2	12,1	12,7	12,7	13,2	12,4	11,3
SALDO CORRENTE	7,6	-0,2	0,4	-1,0	1,0	2,2	3,5
SALDO GLOBAL ANTES DONATIVOS	0,5	-6,0	-5,9	-1,6	-0,8	-0,3	1,1
DONATIVOS	1,1	3,9	1,8	7,5	2,9	2,4	2,1
SALDO GLOBAL APÓS DONATIVOS	0,5	-6,0	-5,9	-1,6	-0,8	-0,3	1,1
CRÉDITO LÍQUIDO AO GOVERNO	-2,4	3,8	5,4	2,8	0,3	-0,6	-0,8
SALDO PRIMÁRIO GLOBAL	3,5	-3,2	-3,4	2,3	2,3	2,7	4,9
SALDO PRIMÁRIO DOMÉSTICO	6,8	-0,9	0,8	1,8	3,9	5,2	7,4

Fonte: Mapa Fiscal, Projecções CFMP 2023-2025

84. A projecção do quadro macro fiscal mostra que o saldo global após donativos excluindo o gás apresentará uma melhoria no médio prazo irá situar-se em 1,1% do PIB em 2025. Estes resultados serão influenciados, sobretudo, pelo (i) incremento esperado nas receitas fiscais com a implementação das reformas sobre a política do IVA, e pela (ii) contenção da despesa corrente em resultado da reforma sobre a massa salarial.

85. Espera-se que melhore o saldo primário, um indicador do esforço fiscal, de modo a trazer o rácio da dívida pública em relação ao PIB para níveis sustentáveis. Assim a política fiscal irá contribuir para o alcance do superavit primário em 2025, de cerca de 4,9% do PIB.

86. Este cenário irá permitir uma trajectória favorável da dívida pública até 2025.

87. Neste contexto e em linha com a estratégia fiscal, o Governo prevê alcançar as seguintes metas fiscais no período 2023-2025:

- Aumento da Receita do Estado de modo a alcançar um rácio fiscal de pelo menos 25,6% do PIB por ano.
- Reduzir o rácio de salários e remunerações de modo a alcançar 11,3% do PIB até 2025.

- Garantir um saldo primário em média de 3,3% do PIB por ano entre 2023-2025.
- Manter um saldo primário doméstico positivo.

3.3.1. Perspectiva da Receita e Impacto das Receitas do Gás

Prevê-se o incremento da receita do Estado com a implementação de reformas na gestão das finanças públicas e maior controlo dos riscos fiscais.

88. As projecções da receita apontam para o incremento nominal da receita no médio prazo, em linha com as perspectivas de reformas de política tributária e administrativas, que irão incidir sobre a tributação de bens e serviços e dos rendimentos de pessoas singulares conforme descrito na secção 3.2.1.

89. Igualmente, espera-se receita adicional dos impostos sobre produção de petróleo e o petróleo lucro, com o início de operação do projecto Coral Sul da ENI, na área 4 da Bacia do Rovuma.

90. No entanto, espera-se no médio prazo que o rácio fiscal, situe-se em torno de 25,6% por ano. Em 2023 prevê-se um ganho adicional na receita do Estado em cerca de 1,0pp do PIB com a implementação das reformas tributárias, conforme pode se observar na tabela 13.

Tabela 13. Previsão da Receita 2023-2025

Em Milhões de Meticals	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	CGE	CGE	REO	Lei	«« Projecção Cenário Base »»		
1. Receitas fiscais	239.292,0	196.478,0	221.729,1	232.350,1	277.881,5	316.764,0	369.642,6
Impostos sobre Rendimentos	144.233,8	99.352,7	99.932,6	113.255,4	132.581,1	158.006,1	164.802,4
IRPS	37.320,5	40.922,5	40.477,0	45.481,5	56.831,1	66.983,7	73.090,7
IRPC	106.542,1	58.214,0	59.261,7	67.012,0	74.788,2	89.772,8	90.354,8
Mais-Valia	54.141,9	0,0					
Impostos sobre Bens e Serviços	88.385,0	87.298,9	109.328,2	107.993,3	129.826,7	139.258,0	180.340,2
dq. Imposto s/ Valor Acrescentado	64.117,4	62.565,4	81.140,4	73.090,7	91.924,2	94.526,6	132.123,0
ICE - Prod. Nacionais	4.402,6	5.154,2	5.655,0	7.541,5	9.541,5	10.100,0	11.500,0
ICE - Prod Importados	4.487,4	4.449,1	4.569,1	6.875,4	7.875,4	9.100,0	10.500,0
Reembolso do IVA	-11.569,9	-9.854,9	-11.090,0				
Imposto s/ Comércio Externo	15.377,6	15.130,2	17.963,7	20.485,7	20.485,7	25.531,4	26.217,2
Outros Impostos Fiscais	6.673,2	9.826,4	12.468,3	11.101,5	15.473,6	19.500,0	24.500,0
dq/ Receitas do gás natural					1.250,2	5.060,3	5.857,0
2. Receitas não fiscais	10.296,2	11.620,3	14.634,3	18.891,5	9.952,2	12.907,9	15.140,8
3. Receitas consignadas	19.611,1	16.391,7	19.042,6	22.332,2	23.672,2	27.832,7	27.978,7
4. Receitas Próprias	7.981,1	10.494,1	12.895,3	10.139,3	11.369,3	12.636,7	13.065,0
5. Receitas de Capital	7.588,9	10.723,4	10.529,6	20.342,7	13.984,5	15.633,0	16.100,0
6. Total Receitas Correntes (1+2+3+4)	269.199,3	224.490,0	255.406,0	273.573,9	322.875,2	370.141,3	425.827,1
7. Total Receita do Estado (5+6)	276.788,2	235.213,4	265.935,6	293.916,6	336.859,7	385.774,3	441.927,1
8. Crédito Interno	28.545,8	54.068,4	51.200,8	53.081,6	30.562,5	26.467,0	25.389,6
9. Saldo transitado incl. Mais-Valia	5.274,8	17.541,4		5000			
10. Total Recursos Internos (7+8+9)	310.608,8	306.823,2	317.136,4	351.998,2	367.422,1	412.241,2	467.316,7
11. Donativos Externos	11.105,9	38.363,8	18.675,1	86.867,4	38.172,8	35.731,2	35.630,5
12. Crédito Externo	36.891,4	43.994,4	22.695,1	11.711,3	35.350,7	50.580,9	34.280,9
13. Total Recursos Externos (11+12)	47.997,3	82.358,2	41.370,2	98.578,7	73.523,4	86.312,1	69.911,4
14. Total de Recursos (10+13)	358.606,1	389.181,4	358.506,6	450.576,9	440.945,6	498.553,3	537.228,1
Em % do PIB							
Receita Fiscal c/ gás	24,7	20,2	21,2	19,9	21,1	21,0	21,9
Receita do Estado	28,6	24,1	25,4	25,2	25,6	25,6	26,2
PIB nominal c/ gás (Milhões de Meticals)	968.027,5	974.649,3	1.048.323,0	1.165.889,3	1.313.906,8	1.508.805,1	1.687.738,4
Flutuabilidade (Tax Buoyancy)	2,78	8,94	1,70	0,43	1,54	1,38	1,16

Fonte: Mapa Fiscal e Projecções CFMP 2023-2025

91. Com o incremento esperado no rácio fiscal face as medidas tributárias, espera-se a redução do crédito interno no ano 2023, fixando-se em 30.562,5 milhões de meticais, o que irá criar menos pressão sobre a dívida pública interna.

92. No que concerne aos recursos externos, o presente CFMP coincide com o período de implementação do Programa com FMI por um acordo ao abrigo da ECF no montante de SDR 341 milhões que correspondem a cerca de 470 milhões de dólares americanos. O programa económico do governo apoiado pelo acordo ECF visa promover o crescimento sustentável, inclusivo e a estabilidade macroeconómica a longo prazo. É neste âmbito que se espera um incremento significativo no crédito externo.

3.4.2.1. Impacto das Receitas do Gás Natural no Quadro Fiscal

93. As perspectivas do projecto de FLNG da área 4 Coral Sul dão a indicação do início da sua produção no segundo semestre de 2022. Segundo o INP, prevê-se a produção de 3,4 milhões de toneladas por ano (cerca de 178.842.000 mmBTu), a partir de um único comboio no alto mar (*offshore*).

94. Contudo, com o início da produção do GNL, abre-se um espaço para o encaixe de receitas para o Estado, estimadas em média de 4.056 milhões de meticais por ano, entre 2023 e 2025, conforme a tabela 14. Embora, persista um grau de incerteza nas previsões, devido a volatilidade dos preços internacionais, podendo ser superiores ou inferiores considerando a tendência.

Tabela 14. Previsão da Receita do GNL Coral Sul -Área 4

Previsão da Receita do GNL Coral Sul -Área 4	2022	2023	2024	2025
		«Projeção»		
Receitas do Estado (milhões de MT)	94	1.250	5.060	5.857
<i>Bónus de Produção</i>			67	
<i>Imposto sobre a Produção do Petróleo (Royalties)</i>	34	449	1.788	2.091
<i>Petróleo Lucro</i>	60	801	3.206	3.766
Receitas do Estado (% do PIB)	0,01%	0,10%	0,34%	0,35%
<i>Bónus de Produção</i>			0,00%	
<i>Imposto sobre a Produção do Petróleo (Royalties)</i>	0,00%	0,03%	0,12%	0,12%
<i>Petróleo Lucro</i>	0,01%	0,06%	0,21%	0,22%

Fonte: Calculado a partir dos dados do INP, FMI-WEO

Caixa 5. Pressupostos para a Previsão da Receita do GNL Coral Sul -Área 4

A estimação da receita fiscal do GNL entre 2023 e 2025 teve em conta os seguintes pressupostos:

- ✓ Espera-se que a Coral Sul seja o único projecto de exportações de GNL.
- ✓ Preços previstos de GNL (USD/mmBTu).
- ✓ Regime Fiscal baseado nos termos estabelecidos nos contratos de concessão de exploração e produção (EPCC) assinados para a Área 1 e Área 4 em 2006. Estes termos foram reafirmados no Decreto-Lei sobre o GNL, de 2014 (vide a descrição detalhada no anexo).

Com base no regime fiscal apenas duas fontes de receitas para o Estado são esperadas entre 2023-2025, designadamente o imposto sobre a produção de petróleo (IPP), que corresponde a 2% sobre o gás natural e 3% sobre o condensado, e uma quota mínima de Petróleo Lucro atribuída ao Estado de acordo com os termos do Contrato da Concessionária. São igualmente esperados impostos de retenção na fonte sobre os subcontratantes não residentes, mas não foram incluídos nesta previsão porque são aplicados a uma parte imprevisível dos custos de desenvolvimento.

Tabela 15. Pressupostos das Receitas do Gás do GNL Coral Sul -Área 4

Pressupostos GNL Coral Sul - Área 4	2022	2023	2024	2025
		«Projeção»		
Exportação de GNL Coral (mmBtu)	2.601.850	34.340.153	135.711.323	160.957.800
Exportação de Condensado da Coral (bbl)	18.650	248.665	969.410	1.149.750
Preço do petróleo (USD/bbl)	105,2	89,0	75,6	60,5
Preço efectivo de GNL (USD/mmBTu)	9,2	9,2	9,2	9,2
Taxa do IPP	2%	2%	2%	2%
Factor R (R<1)	15%	15%	15%	15%

Fonte: Calculado a partir dos dados do INP

3.4.3. Previsão da Despesa

Espera-se que as reformas sobre a despesa pública assegurem o maior controlo dos gastos públicos com enfoque para a melhoria na gestão da dívida do país.

95. Prevê-se uma redução da despesa pública explicada pelo corte nas despesas de funcionamento, onde se prevê que estas reduzam em média de 1,1pp em relação ao PIB por ano entre 2023 e 2025. A implementação destas medidas irá reduzir os salários e remunerações de 13,2% do PIB em 2023 para 11,3% do PIB em 2025.

Tabela 16. Previsão da Despesa 2023-2025

Em Milhões de Metcais	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	CGE	CGE	REO	Lei	«« Projecção Cenário Base »»		
1. Despesa com Pessoal	112.836,7	124.440,8	139.193,0	154.434,0	180.444,9	194.120,0	198.333,1
dq. Salários e Remunerações	108.417,6	118.322,0	133.320,1	147.714,8	173.644,9	186.712,1	190.777,1
2. Bens e Serviços	25.734,9	39.221,7	42.377,7	46.283,3	37.496,6	41.246,2	44.133,5
3. Encargos da Dívida (juros)	29.703,3	27.377,8	26.997,5	44.724,0	40.899,0	44.812,1	63.844,6
Dívida Interna	17.246,1	15.787,5	17.624,6	30.284,2	28.819,0	32.000,0	50.757,0
Dívida Externa	12.457,2	11.590,3	9.372,9	14.439,8	12.080,0	12.812,1	13.087,5
4. Transferências Correntes	25.619,6	32.280,3	34.499,1	34.489,9	35.791,4	39.802,8	42.352,6
dq. Pensões	13.441,7	17.090,3	19.139,3	18.858,7	19.801,6	21.781,8	22.870,8
Outras (programas INAS)	6.569,7	4.823,3	6.219,4	4.750,0	6.009,0	6.268,8	6.526,6
5. Subsídios	1.063,5	1.466,5	1.562,4	2.012,9	2.613,5	2.200,0	2.310,0
6. Outras Despesas Correntes	411,6	448,8	1.524,6	1.072,5	1.126,1	1.250,0	1.312,5
7. Exercícios Findos	173,1	1.261,3	509,3	253,0	265,7	560,0	588,0
8. Despesas de Capital	258,8	247,3	364,7	1.638,7	720,0	1.850,0	1.942,5
9. Despesas por pagar	0,0	0,0	3.875,9	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Despesa Corrente (1+2+4+5+6+7)	165.839,4	199.119,4	250.539,5	238.545,6	257.738,1	279.179,1	289.029,7
10. Despesas de Funcionamento (3+8+10)	195.801,5	226.744,5	281.777,6	284.908,3	299.357,1	325.841,2	354.816,7
11. Investimento Interno	44.746,7	44.191,0	33.929,3	32.383,6	27.500,0	28.200,0	28.200,0
12. Investimento Externo	27.305,8	39.859,2	39.217,0	82.319,1	52.422,4	66.412,1	66.411,4
13. Despesas de Investimento	72.052,5	84.050,2	73.146,3	114.702,7	79.922,4	94.612,1	94.611,4
14. Operações Financeiras	45.767,6	48.659,2	46.629,0	50.966,0	61.666,0	78.100,0	87.800,0
Activas	13.942,6	6.805,2	3.580,3	4.653,0	6.300,0	5.700,0	10.000,0
Passivas	31.825,0	41.854,0	43.048,7	46.313,0	55.366,0	72.400,0	77.800,0
15. Despesas Totais incl. OF (11+14+16)	313.621,6	359.453,9	401.552,9	450.576,9	440.945,6	498.553,3	537.228,1
16. Variação de Saldos	44.984,5	35.067,3	13.801,3				
17. Total de Aplicações (15+16)	358.606,1	394.521,2	415.354,2	450.576,9	440.945,6	498.553,3	537.228,1
Em % do PIB							
Despesa de Funcionamento	20,2%	23,3%	26,9%	24,4%	22,8%	21,6%	21,0%
dq Salários e Remunerações	11,2%	12,1%	12,7%	12,7%	13,2%	12,4%	11,3%
Encargos da Dívida	3,1%	2,8%	2,6%	3,8%	3,1%	3,0%	3,8%
Despesa de Investimento	7,4%	8,6%	7,0%	9,8%	6,1%	6,3%	5,6%
Memória							
PIB nominal c/ gás (Milhões de Metcais)	968.027,5	974.649,3	1.048.323,0	1.165.889,3	1.313.906,8	1.508.805,1	1.687.738,4

Fonte: Mapa Fiscal, Projecções CFMP 2023-2025

96. Perspectiva-se que as despesas de investimento entre 2023 e 2025, se fixem em média 6,0% do PIB.

97. As despesas com operações financeiras passivas apresentam uma tendência crescente, aumentado de cerca de 55.366 milhões de metcais em 2023 para cerca de 77.800 milhões de metcais em 2025.

3.3.4 Perspectiva da Dívida Pública

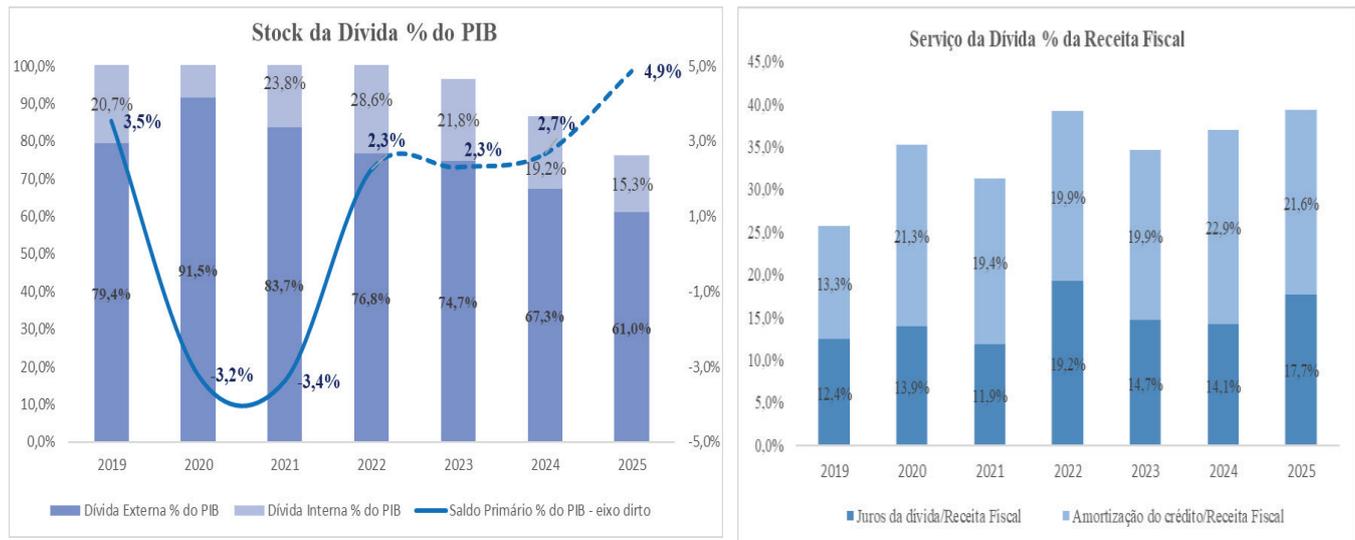
98. A dívida pública apresentou, nos últimos três anos (2019 a 2021), um crescimento do seu *stock* passando de cerca de USD 13,8 mil milhões para USD 17,2 mil milhões. Em relação ao PIB registou-se uma tendência crescente de 100,1% em 2019 para 112,2% em 2020, tendo registado uma redução para 107,5% em 2021.

99. Neste período a dívida externa cresceu, tendo atingido o valor de USD 13,4 mil milhões em 2021. Este crescimento é resultante, na sua maioria: (i) dos desembolsos multilaterais, (ii)

da emissão de garantias externas para financiar a participação da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) no projecto do gás natural da Área 1 da bacia do Rovuma, e (iii) da cobertura da factura de importação de combustíveis e projectos de desenvolvimento.

100. E, a dívida interna registou, igualmente, um crescimento assinalável no mesmo período fixando-se em cerca de MZN 249,7 mil milhões de metcais em 2021. Tendo sido influenciado pela emissão de obrigações de tesouro (OT's) e bilhetes de tesouro (BT's) para cobertura do défice orçamental.

101. Projecta-se uma melhoria do rácio do *stock* da dívida pública para 105,4% do PIB em 2022. E, espera-se que esta tendência se mantenha em 2023 e apresente um abrandamento do rácio até 2025, para 76,3% do PIB, conforme indica o gráfico abaixo.

Gráfico 6: Indicadores da dívida pública 2023-2025

Fonte: DNGDP, Mapa Fiscal - Projeções do CFMP 2023-2025

Nota: o stock da dívida pública inclui a garantia a ENH

102. A contenção da despesa pública irá favorecer a tendência positiva do saldo primário facto que irá contribuir para a redução do stock da dívida no médio prazo. Espera-se que o saldo primário global alcance cerca de 4,9% do PIB até 2025.

103. A compressão da despesa pública irá reduzir a recorrência à dívida pública interna para financiar os défices de tesouraria propiciando uma melhor programação da dívida e a uso de OTs em substituição dos BTs. É neste âmbito que se espera a redução da dívida pública interna de 28,6% do PIB em 2022 para cerca de 15,3% do PIB em 2025.

104. No âmbito do serviço da dívida pública em relação as receitas fiscais, espera-se uma melhoria no seu rácio entre 2022

(39,2%) e 2023 (34,6%), continuando acima do limite. Para 2024 e 2025 espera-se um agravamento do serviço da dívida como resultado do aumento esperado nas operações financeiras passivas.

105. Estas perspectivas indicam que Moçambique no período do presente CFMP, continuará sobre pressão fiscal, embora haja tendência de melhoria da dívida pública. No entanto, como estratégia de gestão continuará a privilegiar: (i) créditos multilaterais e bilaterais com condições mais favoráveis; (ii) Mapeamento, monitoria contínua e implementação de medidas para a viabilização do SEE de modo a reduzir a exposição do Estado a dívida garantida; e (iii) renegociar as dívidas externas e interna.

Caixa 6. Estratégia da Gestão da Dívida Pública 2023-2025

- A estratégia de endividamento no período 2023-2025 estará voltada para:
 - Priorização da contratação de créditos externos concessionais** e aumento da proporção do financiamento externo de 45% para 55%.
 - Aumento progressivo de uso de instrumentos de dívida de maturidade mais elevada, no financiamento interno**, isto é maior que 5 anos, em substituição dos Bilhetes de Tesouro (BT's) que estão sujeitos ao elevado risco de refinanciamento.
 - Em caso de eventual redução dos créditos concessionais será compensado pelo endividamento interno onde se irá priorizar a emissão de OT's em detrimento dos BT's, como opção estratégica do Governo para o financiamento do défice orçamental, incluindo a promoção da poupança para o investimento e estímulo ao desenvolvimento do mercado de capitais, garantindo o equilíbrio macro fiscal.
 - Prosseguimento das negociações para a reestruturação da dívida com os credores não membros do Clube de Paris** (Bulgária, Angola, Polónia, Iraque e Líbia), actualmente em cerca de USD 597 milhões de modo a reduzir a pressão significativa da dívida sobre as contas públicas.
 - Mapeamento, monitoria contínua e implementação de medidas para a e viabilização do SEE**, especialmente nas empresas estratégicas para a economia e com elevado risco de crédito, de modo a minimizar o risco de incumprimento das suas obrigações e a exposição do governo às garantias.
- Importa referir que **está em actualização a Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida Pública para o período 2022-2025** que trará mais detalhes sobre a gestão da dívida pública tendo em conta as conclusões da avaliação da sustentabilidade da dívida que está em curso. **Estes elementos serão reflectidos no PESOE 2023.**

3.4.5. Recursos Internos Disponíveis

106. Os recursos internos disponíveis determinam o limite da despesa pública programada para o período 2023-2025, com enfoque imediato no PESOE 2023.

107. O valor total de recursos internos abrange todas as fontes de recursos do governo. Deste modo, os recursos serão alocados para os Encargos Gerais do Estado (EGEs), e despesas sectorizáveis a serem realizadas pelos níveis sectoriais e territoriais. Na tabela 17 apresenta-se os recursos internos disponíveis para as componentes das despesas do Estado.

Tabela 17. Recursos Internos Disponíveis (2023-2025)

Em Milhões de Meticias	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	CGE	CGE	REO	Lei	<<< Projecção >>>		
Total de Recursos Internos Disponível	317.816,8	344.651,8	317.136,4	365.198,2	383.022,1	428.641,2	467.316,7
1. Fonte de Recursos para distribuição	290.224,7	317.766,0	285.198,5	332.726,6	347.980,6	388.171,8	426.273,1
Receita do Estado	276.788,2	235.213,4	265.935,6	293.916,6	336.859,7	385.774,3	441.927,1
Receita Fiscal	239.292,0	196.478,0	221.729,1	232.350,1	277.881,5	316.764,0	369.642,6
<i>dq Receita do Gás</i>					<i>1.250,2</i>	<i>5.060,3</i>	<i>5.857,0</i>
Outra Receita não fiscal	2.315,1	1.126,2	1.739,0	8.752,2	9.952,2	12.907,9	15.140,8
Crédito Interno	28.545,8	54.068,4	51.200,8	53.081,6	30.562,5	26.467,0	25.389,6
Saldo Transitado Mais Valias	5.274,8	17.541,4	0,0	5.000,0			
Donativo AGO	0,0	15.015,1	0,0	13.200,0	6.800,0	7.100,0	0,0
Crédito AGO	7.208,0	22.813,5	0,0	0,0	8.800,0	9.300,0	0,0
Receita de Capital	7.588,9	10.723,4	10.529,6	20.342,7	13.984,5	15.633,0	16.100,0
2. Receita Própria	7.981,1	10.494,1	12.895,3	10.139,3	11.369,3	12.636,7	13.065,0
3. Receita Consignada	19.611,1	16.391,7	19.042,6	22.332,2	23.672,2	27.832,7	27.978,7
Recursos Não Sectorizáveis (EGEs)	117.753,81	128.589,07	129.929,94	166.481,90	180.807,80	207.917,13	229.121,97
% do PIB	12,2%	13,2%	12,4%	14,3%	13,8%	13,8%	13,6%
% da Recursos Internos	37,1%	37,3%	41,0%	45,6%	47,2%	48,5%	49,0%
Recursos Sectorizáveis	200.063,0	216.062,7	187.206,5	198.716,3	202.214,3	220.724,1	238.194,8
% do PIB	20,7%	22,2%	17,9%	17,0%	15,4%	14,6%	14,1%
% da Recursos Internos	62,9%	62,7%	59,0%	54,4%	52,8%	51,5%	51,0%

Fonte: Projecções do CFMP 2023-2025

108. Importa referir que para o apuramento dos recursos sectorizáveis e não sectorizáveis usou-se como base os recursos internos disponíveis sem gás, uma vez que ainda está em análise os mecanismos de utilização das receitas do gás natural, aliado a algum grau de incerteza sobre o valor a ser encaixado para os cofres do Estado face a volatilidade do preço do gás no mercado internacional.

109. Os recursos não sectorizáveis representam 47,2% dos recursos internos sem gás disponíveis em 2023, enquanto que, os recursos sectorizáveis integram as despesas de funcionamento e investimento interno, conforme a tabela 18, e representam 52,8% dos recursos em 2023.

Tabela 18. Perspectivas da Despesa com os Recursos Internos Disponíveis (2023-2025)

Perspectiva da Despesa com os Recursos Internos	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	Real	Real	REO	Lei	Projecção		
EGES Funcionamento	106.208,4	123.574,4	124.716,7	157.098,1	165.876,5	191.115,9	219.261,7
dq Encargos da Dívida	29.703,3	27.377,8	26.997,5	44.724,0	40.899,0	44.812,1	63.844,6
Operações Financeiras	32.481,8	43.989,3	43.915,5	47.906,3	57.166,0	74.600,0	80.300,0
Transferências Correntes	25.619,6	32.280,3	34.499,1	34.489,9	35.791,4	39.802,8	43.078,2
dq Autarquias (FCA)-1.5% da Rec. Fiscal	3.008,7	2.947,2	3.325,9	3.485,3	4.149,5	4.675,6	5.456,8
Funcionamento Sectorial	166.861,8	176.886,41	158.490,4	175.716,5	189.645,6	209.325,3	219.855,1
EGEs Investimento	11.545,4	5.014,7	5.213,2	9.383,8	14.931,3	16.801,3	9.860,3
dq Autarquias (FIIA) - 0.75% Rec. Fiscal	1.504,4	1.473,6	1.672,1	1.742,6	2.074,7	2.337,8	2.728,4
Investimento Interno Sectorial	33.201,3	39.176,3	28.716,1	22.999,7	12.568,7	11.398,7	18.339,7
Total	317.816,8	344.651,8	317.136,4	365.198,2	383.022,1	428.641,2	467.316,7
Em % da Despesa Total							
EGES Funcionamento+Investimento	37,1	37,3	41,0	45,6	47,2	48,5	49,0
Funcionamento Sectorial	52,5	51,3	50,0	48,1	49,5	48,8	47,0
Investimento Interno Sectorial	10,4	11,4	9,1	6,3	3,3	2,7	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projecções do CFMP 2023-2025

110. O peso considerável dos EGEs no triénio reflecte o aumento da pressão fiscal para fazer face aos encargos da dívida pública, a política salarial, a realização das eleições autárquicas em 2023 e gerais em 2024, garantia da segurança na região norte do país e o crescimento considerável das operações financeiras do Estado.

111. Face a limitação dos recursos, a alocação para o investimento irá seguir os seguintes critérios de priorização:

- Projectos de continuidade (incluindo os de iniciativa presidencial), isto é, iniciados em 2022 e que perduram no período do presente CFMP (Anexo V-Mapa A1);
- Projectos de financiamento externo com comparticipação do Estado;
- Projectos novos em carteira inscritos no SNIP (Sistema Nacional de Investimentos Públicos) e que estejam previstos no PQG 2020-2024;
- Havendo ainda espaço fiscal, os recursos serão alocados a outros projectos novos inscritos no SNIP, tendo em conta a sua relevância e o impacto na economia.

4. Riscos ao Cenário Fiscal de Médio Prazo

112. As perspectivas macroeconómicas e fiscais apresentadas neste documento estão susceptíveis a alterações dada a possibilidade de variações não esperadas nos indicadores macro-fiscais o que poderá afectar o quadro fiscal e os orçamentos no médio prazo.

113. Os riscos fiscais podem ser (i) macroeconómicos gerais, resultantes de choques nas variáveis macroeconómicas, e (ii) outros riscos específicos que são na sua maioria resultantes de passivos contingentes

114. Os riscos macroeconómicos que podem afectar o quadro fiscal 2023-2025 estão ligados às alterações endógenas

ao crescimento económico, volatilidade cambial, e variação dos preços internacionais das mercadorias exportadas e importadas resultante da dinâmica da procura e oferta global agravada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia cujo impacto poderá se fazer sentir sobre a balança comercial e taxa de inflação.

115. Os riscos específicos que poderão alterar o quadro fiscal 2023-2025 estão ligados a ocorrência de desastres naturais que tem afectado Moçambique de forma cíclica (cheias, secas, ciclones), bem como os riscos de saúde pública face a prevalência de algum grau de incerteza em relação a evolução da pandemia da COVID 19 e as questões segurança ligadas aos ataques pelos insurgentes na zona norte do País que podem inviabilizar o curso normal das actividades nas zonas afectadas.

116. Importa referir que constituem maiores fontes de riscos fiscais, a deterioração no crescimento económico, a depreciação da taxa de câmbio e a aceleração da taxa de inflação mais do que esperada em resultado do aumento esperado nos preços das principais mercadorias importadas por Moçambique, o que poderá impactar nas taxas de juro domésticas e se traduzir no aumento do custo de serviço da dívida interna.

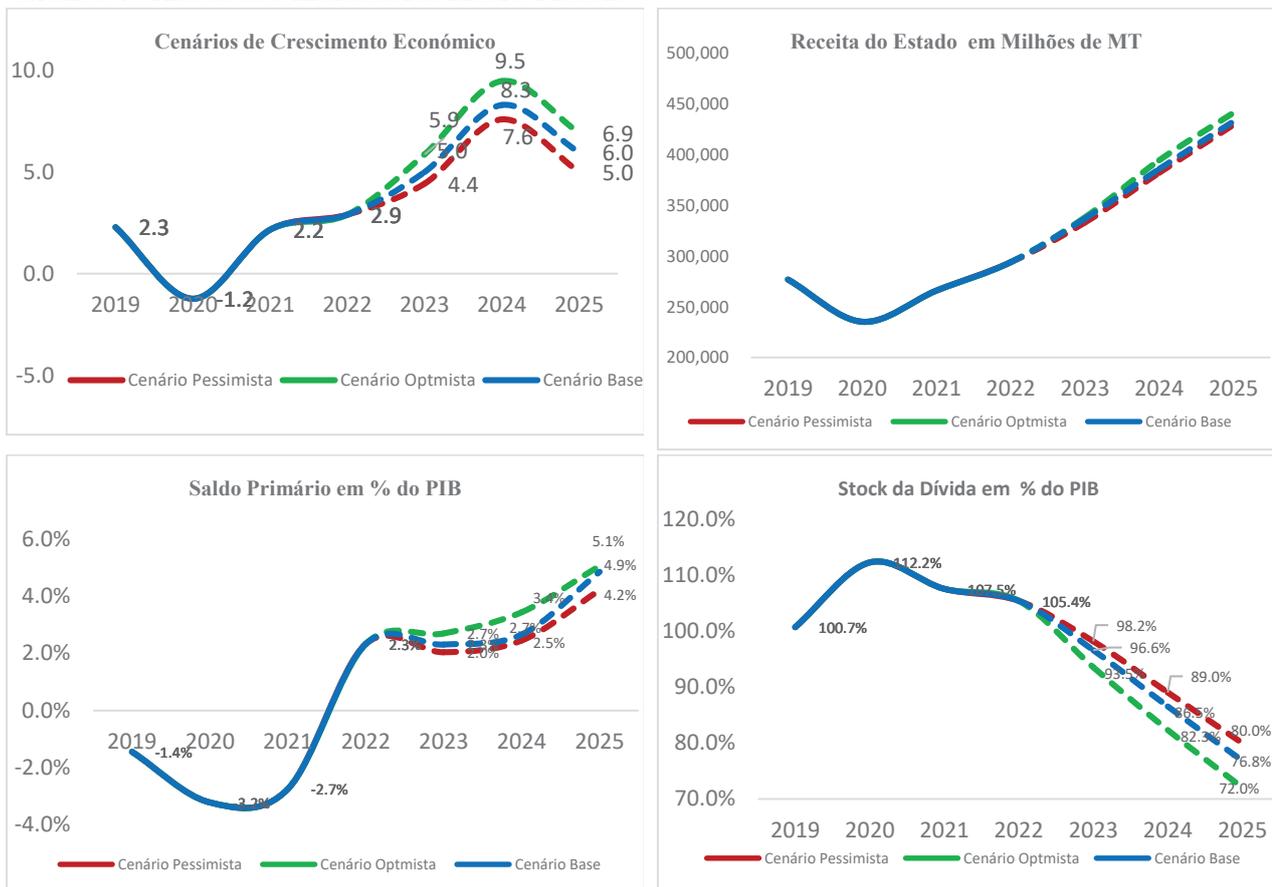
4.1. Riscos Macroeconómicos

4.1.1. Risco do Produto Interno Bruto

117. O risco do PIB está associado a uma taxa de crescimento mais baixa em relação a aquela projectada no cenário base, isto é, tomando o cenário pessimista. O choque no crescimento económico no cenário pessimista assume alguma alteração nas perspectivas de produção dos sectores económicos (Agricultura, Pescas, Construção, Comércio).

118. O cenário pessimista traduz-se num factor de risco para as receitas do Estado que poderão reduzir em média de 3.635 milhões de metcais por ano em relação aos valores projectados no cenário base.

Gráfico 7: Riscos aos Indicadores Macro-Fiscais



119. A potencial perda de receita de Estado devido ao choque no crescimento económico tem implicações orçamentais significativas que poderão se traduzir em cortes nas despesas. Caso os cortes orçamentais não sejam viáveis serão acrescidas as necessidades de financiamento para fazer face ao défice orçamental agravado pelo choque o que irá pressionar a dívida pública.

120. A queda na taxa de crescimento económico irá igualmente agravar o rácio da dívida no PIB em média de 2,4pp por ano entre 2023 e 2025.

4.1.2. Risco da Taxa de Câmbio

121. Ao longo dos anos o metical apresenta volatilidade em relação ao dólar americano, com uma tendência histórica para

depreciação. Nos últimos 10 anos câmbio do metical em relação ao dólar apresentou uma variação média de 7,5%.

122. Sendo a taxa de câmbio uma das principais variáveis na programação financeira do Estado, uma depreciação cambial acima do esperado pode alterar as rubricas de despesa denominadas em moeda estrangeira, bem como o aumento do serviço da dívida e o *stock* da dívida influenciando negativamente os indicadores de sustentabilidade fiscal.

123. A programação do CFMP 2023-2025 toma em consideração a depreciação nominal da taxa de câmbio em média 1,2% ao ano. Para simular o impacto do choque cambial no quadro fiscal foi considerado a depreciação média anual da taxa de câmbio nominal do metical em relação ao dólar americano de 3%.

Tabela 19. Impacto da depreciação cambial na dívida pública

Em Milhões de Meticais	2023	2024	2025
Δ Serviço da Dívida (Juros+Capital)	9.007	9.412	15.484
Δ <i>Stock</i> da Dívida	83.473	97.492	138.638
Em % do PIB			
Δ Serviço da Dívida (Juros+Capital)	0,69	0,62	0,92
Δ <i>Stock</i> da Dívida	6,35	6,46	8,21

Fonte: Mapa Fiscal, Projeções CFMP 2023-2025

124. Como se pode depreender na tabela 19, uma depreciação do metical face ao dólar acima do esperado e em cerca de 3% ao ano poderá incrementar o serviço da dívida em média de 0,74pp do PIB por ano, deteriorar o rácio da dívida pública no PIB em média de 7,0pp do PIB entre 2023 e 2025.

4.1.3. Risco da Taxa de Inflação e Taxa de Juro

125. A possibilidade de aceleração da taxa de inflação para níveis acima do projectado constituem uma fonte de risco importante para o presente quadro fiscal.

126. A actual conjuntura internacional caracterizada pelo conflito entre a Rússia e Ucrânia gera incertezas em torno da trajectória dos preços das mercadorias alimentares e energéticas a nível mundial. As perspectivas dos preços internacionais destas mercadorias apontam para uma aceleração no médio prazo se persistir o conflito entre aqueles dois países.

127. Esta situação poderá ser repassada aos preços domésticos uma vez que o País é importador líquido de bens essenciais em especial os cereais e combustíveis. O aumento nos preços domésticos de bens alimentares e dos combustíveis irá afectar o índice geral de preços com a possibilidade de criar pressão sobre as rubricas de despesas indexadas a inflação, sendo os casos das despesas com salários e remunerações, bens e serviços, pensões e assistência social às populações.

128. Pese embora estas incertezas, o risco da inflação poderá ser minimizado através de uma postura de aperto da política monetária pelo Banco Central, para manutenção da inflação baixa e estável, contudo a política monetária deve ser contrabalançada com os objectivos de crescimento económico.

129. As perspectivas de aceleração da inflação poderão incrementar as taxas de juro domésticas com efeito sobre o serviço da dívida interna. Níveis de inflação elevados poderão requerer um aperto da política monetária no médio prazo através do agravamento da taxa de juro de política monetária (MIMO) e a sua repassagem para as taxas de juro do mercado com efeito sobre o serviço da dívida com taxas de juro flexíveis.

4.1.4. Risco do Sistema de Pensões

130. As projecções das despesas com as pensões do presente CFMP poderão sofrer um agravamento tendo em conta os desenvolvimentos do processo de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR).

131. Igualmente existe um risco de incremento do valor previsto das pensões como resultado da reforma do SEE que irá culminar com aposentação massiva dos seus trabalhadores.

132. Este risco cuja probabilidade de materialização a curto prazo é muito elevada e merece atenção especial devendo-se reflectir com uma contingência no PESOE 2023. De igual modo, será acelerado do processo de autonomização do fundo de pensões dos funcionários e agentes do Estado.

4.1.5. Risco do Sector Empresarial do Estado

133. Tendo em conta a actual posição financeira das empresas públicas, estas constituem uma fonte de risco considerável ao quadro fiscal de médio prazo.

134. Não obstante as intervenções em curso no SEE no âmbito da implementação da estratégia de investimentos e das medidas de viabilização e rentabilização do SEE, persistirá algum risco ligado principalmente a aquelas empresas em situação de “falência técnica”, conforme indicado no Relatório de Riscos Fiscais de 2022.

135. Dos cerca de 86,8 mil milhões de meticais das garantias emitidas ao SEE até 2020, cerca de 45% deste valor está concentrado em empresas de elevado risco, o que implica que o Estado poderá ser chamado a fazer face a esta fasquia da dívida.

136. Caso o Estado tenha de fazer face dívida garantida ao SEE com elevado risco de incumprimento, esta situação irá aumentar as rubricas dos encargos da dívida e das operações financeiras, reduzindo espaço fiscal para os projectos de investimento.

137. Assim, como forma de mitigar este risco, serão aceleradas as medidas de rentabilização das empresas públicas o que irá permitir a melhoria da sua situação financeira.

4.2. Outros Riscos Específicos

138. Existem outros factores que podem impactar o curso normal da actividade económica e com implicações no quadro fiscal do médio prazo. São os casos de riscos fiscais exógenos:

- a ocorrência de desastres naturais;
- riscos de segurança ligados aos ataques pelos insurgentes na zona norte do País;
- os riscos geopolíticos em torno do conflito entre a Rússia e a Ucrânia; e
- os riscos de saúde pública relacionados com a pandemia da COVID 19 caso haja uma extensão da pandemia com o surgimento de novas variantes mais infecciosas e consequentemente a introdução de medidas restritivas com impacto sobre a capacidade produtiva nos sectores económicos e demanda de recursos adicionais para o sector da saúde e para protecção social.

4.2.1. Desastres Naturais

139. Moçambique é um país vulnerável às mudanças climáticas, que afecta grandemente as condições das infra-estruturas e da população. Portanto, estes choques (cheias, ciclones, secas, etc.) constituem uma fonte importante de riscos fiscais e, ao mesmo tempo, aumenta a pressão sobre a gestão das finanças públicas.

140. Segundo o INGC, do ano 2000 até esta parte a ocorrência de ciclones no país aumentou para uma média de 2-3 eventos por ano com uma tendência de intensificação.

141. Uma estimativa preliminar do impacto dos desastres naturais na economia mostra que as cheias e secas que ocorreram no país apresentaram um desvio médio da taxa de crescimento económico em relação a projectada em cerca de 0,4pp enquanto que a ocorrência de eventos extremos como é o caso de ciclones tropicais reduziram a taxa de crescimento económico em relação a taxa projectada em cerca de 2pp.

142. As simulações dos prováveis impactos dos desastres naturais mostram que maiores perdas de crescimento económico são verificadas quanto mais severo for o desastre.

143. Por um lado, os desastres reduzem a capacidade da economia gerar recursos adicionais, criando pressão em termos de necessidades de financiamento para fazer face as despesas ordinárias, bem como àquelas originadas pelo evento climático, uma realidade que deteriora a situação da dívida pública no país mantendo a sua trajectória distante da sustentabilidade no médio prazo.

144. Como forma de mitigar os efeitos adversos dos desastres naturais, e financiar as acções de resposta aos efeitos das Mudanças Climáticas, incluindo a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de Moçambique, 2020 – 2025, o Governo aloca dotações orçamentais anuais mínimas de 0,1% do Orçamento do Estado para o Fundo de Gestão de Desastres (FGD).

5. Considerações Finais

145. O CFMP 2023-2025 é um instrumento de programação do Estado que marca o início do processo de preparação do PESOE para o ano 2023.

146. Este instrumento descreve a estratégia fiscal de médio prazo, permite prever recursos de despesa pública para os próximos três anos.

147. A prioridade do Governo continuará assente na estabilidade macroeconómica através da implementação das medidas de consolidação fiscal, com vista a sustentabilidade fiscal e da dívida pública, maior eficiência na gestão das finanças

públicas e garantir a prestação de serviços adequada à população.

148. O CFMP 2023-2025 introduz um conjunto de reformas que irão propiciar uma trajectória dos principais indicadores macro fiscais consentâneos com o esforço de garantir a sustentabilidade fiscal e da dívida pública.

149. A pandemia da COVID-19 e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia constituem os maiores factores de risco para as perspectivas económicas internacionais e nacionais, o que pode limitar o desempenho da economia moçambicana no médio prazo e conduzir a desvios às previsões fiscais do presente documento. Constitui ainda um factor de risco considerável a vulnerabilidade do País aos desastres naturais com a ocorrência de eventos climáticos extremos como inundações e ciclones tropicais.

Anexo I. Glossário

Crescimento Económico: é definido como sendo o aumento sustentado de uma unidade económica durante um ou vários períodos longos.

Consumo privado: entende-se a despesa do agente económico famílias em bens e serviços usados para a satisfação directa de necessidades.

Consumo público: refere-se a toda a despesa do Estado na aquisição de bens e serviços.

Despesa Pública: é o gasto por parte dos entes públicos para criarem ou adquirirem bens ou prestarem serviços susceptíveis de satisfazer necessidades públicas.

Dívida Pública: são todos os passivos do sector público que requerem pagamento futuro de juros e/ou capital incluindo passivos de dívida na forma de direitos especiais de Saque (SDR), moeda e depósitos, títulos de dívida, empréstimos, seguros, pensões e garantias e outras contas a pagar.

Flutuabilidade do Imposto (Tax Buoyancy): refere-se a razão entre a variação percentual total da receita tributária, incluindo qualquer efeito das mudanças na política e a variação da base tributária.

Indicadores Fiscais: são medidas de evolução das finanças do sector público que permitem avaliar o desempenho fiscal de um país ao longo do tempo. Incluem indicadores de fluxos (receitas e despesas) e de estoques (endividamento e créditos). Os resultados fiscais (diferença entre receitas e despesas), ou necessidades de financiamento, podem ser calculados pelos conceitos nominal, operacional e primário.

Inflação: é subida generalizada de preços.

Produto Interno Bruto (PIB): é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo.

PIB nominal (PIB a preços correntes): mede o valor da produção num dado ano, aos preços daquele ano.

PIB real (PIB a preços constantes): mede o valor da produção de uma economia utilizando os preços de um ano base.

Política Fiscal: refere-se ao uso de instrumentos de finanças públicas (despesa pública e tributação/receitas) para afectar a economia (alocação de recursos, produção, distribuição de rendimentos).

Receita Pública: é o valor em dinheiro administrado pelo Tesouro Nacional usado para pagar as despesas e investimentos públicos. É o resultado dos impostos, taxas, contribuições e outras fontes redireccionados para as despesas públicas.

Saldo Primário: é a diferença entre a receita e a despesa pública, excluindo o pagamento de juros.

Anexo II. Regime Fiscal do Projecto de Gás Natural Coral Sul Área 4

Caixa 7. Regime Fiscal e as Receitas do Estado Esperadas Coral Sul-Área 4

Os termos fiscais que determinam as receitas do Estado da Área 4 a serem pagas pelas concessionárias estão estabelecidos no contrato EPCC assinado em 2006. Estes termos foram reafirmados no Decreto-Lei sobre o GNL, de 2014. Espera-se que as Concessionárias façam quatro conjuntos principais de pagamentos baseados na produção de petróleo, e os projectos feitos a partir das vendas de petróleo, ao longo do ciclo de vida do projecto:

1. Os bónus de produção serão pagos no início da produção comercial e em limiares de produção contratualmente acordados, medidos em milhares de barris equivalentes de petróleo por dia (kboed).
2. Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP) pago sobre a produção à taxa de 2% para o gás e 3% para o condensado com aumentos para o gás apenas a 4% após 10 anos e 6% após 20 anos.
3. Petróleo Lucro é uma parte da produção atribuída após o IPP e Petróleo Custo (sujeito a um limite de recuperação de custos num determinado ano) com a percentagem dividida para o Estado determinada por um factor R calculado como receitas acumuladas do projecto divididas por custos acumulados do projecto.
4. O IRPC é calculado sobre cada uma das entidades que constituem a Concessionária, incluindo a ENH, em 24% para os primeiros 8 anos e em 32% para os anos seguintes sobre o rendimento tributável calculado como rendimento total menos as deduções elegíveis. **O pagamento do IRPC só começa quando as receitas das Concessionárias mais do que compensarem o seu investimento histórico o que não é esperado antes de 2030.**
5. A ENH detém uma participação de 10% na Área 4 que pode gerar dividendos para o Estado após o reembolso dos custos de exploração e desenvolvimento. **Assim, os dividendos da ENH só são esperados após 2030 depois que a sua parte dos custos de pesquisa e desenvolvimento tenha sido recuperada.**

Tabela 20. Resumo dos Termos Fiscais associados à Área 4

	Área 4 Coral FLNG
Bónus de produção (milhões USD)	
Na Produção Comercial	\$1
No primeiro limiar (milhares de boed)	>25 kboed = \$1
No segundo limiar (milhares de boed)	>75 kboed = \$5
Imposto sobre a Produção de Petróleo (Gás Natural)	2-6%
Limite de recuperação de custos	75%
Alocação do Petróleo-Lucro (Estado)	
R ² é inferior a 1	15%
R está entre 1 e 2	25%
R situa-se entre 2 e 3	35%
R situa-se entre 3 e 4	45%
R é superior a 4	55%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC)	24–32%
ENH Interesse Participativo	10%

Anexo III: Mapa de Equilíbrio 2023-2025

Em Milhões de Mt	2019	2020	2021	2022	CFMP 2023	CFMP 2024	CFMP 2025
	CGE	CGE	REO	LEI	Cenário Base		
Total de Recursos	358.606,1	389.181,4	358.506,6	450.576,9	440.945,6	498.553,3	537.228,1
Recursos Internos	310.608,8	306.823,2	317.136,4	351.998,2	367.422,1	412.241,2	467.316,7
Receita do Estado	276.788,2	235.213,4	265.935,6	293.916,6	336.859,7	385.774,3	441.927,1
Crédito Interno	28.545,8	54.068,4	51.200,8	53.081,6	30.562,5	26.467,0	25.389,6
Saldo transitado Mais-Valia	5.274,8	17.541,4	-	5.000,0			
Recursos Externos	47.997,3	82.358,2	41.370,2	98.578,7	73.523,4	86.312,1	69.911,4
Donativos	11.105,9	38.363,8	18.675,1	86.867,4	38.172,8	35.731,2	35.630,5
Crédito Externo	36.891,4	43.994,4	22.695,1	11.711,3	35.350,7	50.580,9	34.280,9
Total de Despesas incl. Ope. Financ.	358.606,1	394.521,2	415.354,2	450.576,9	440.945,6	498.553,3	537.228,1
Despesas de Funcionamento	195.801,5	226.744,5	281.777,6	284.908,3	299.357,1	325.841,2	354.816,7
Despesas de Investimento	72.052,5	84.050,2	73.146,3	114.702,7	79.922,4	94.612,1	94.611,4
Investimento Interno	44.746,7	44.191,0	33.929,3	32.383,6	27.500,0	28.200,0	28.200,0
Investimento externo	27.305,8	39.859,2	39.217,0	82.319,1	52.422,4	66.412,1	66.411,4
Operações Financeiras	45.767,6	48.659,2	46.629,0	50.966,0	61.666,0	78.100,0	87.800,0
Variação de Saldos	44.984,5	35.067,3	13.801,3				
Em % do PIB							
Total de Recursos	37,0%	39,9%	34,2%	38,6%	33,6%	33,0%	31,8%
Recursos Internos	32,1%	31,5%	30,3%	30,2%	28,0%	27,3%	27,7%
Receita do Estado	28,6%	24,1%	25,4%	25,2%	25,6%	25,6%	26,2%
Crédito Interno	2,9%	5,5%	4,9%	4,6%	2,3%	1,8%	1,5%
Saldo transitado Mais-Valia	0,5%	1,8%		0,4%			
Recursos Externos	5,0%	8,5%	3,9%	8,5%	5,6%	5,7%	4,1%
Donativos	1,1%	3,9%	1,8%	7,5%	2,9%	2,4%	2,1%
Crédito Externo	3,8%	4,5%	2,2%	1,0%	2,7%	3,4%	2,0%
Total de Despesas incl. Ope. Financ.	37,0%	40,5%	39,6%	38,6%	33,6%	33,0%	31,8%
Despesas de Funcionamento	20,2%	23,3%	26,9%	24,4%	22,8%	21,6%	21,0%
Despesas de Investimento	7,4%	8,6%	7,0%	9,8%	6,1%	6,3%	5,6%
Operações Financeiras	4,7%	5,0%	4,4%	4,4%	4,7%	5,2%	5,2%
Variação de Saldos	4,6%	3,6%	1,3%				

² $R = \frac{\text{Entradas em Caixa Acumuladas no período } n}{\text{Despesas de Investimento Acumuladas no período } n}$ Vide o n.º 4 do Artigo 32 da Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro

Anexo IV: Mapa Resumo dos Riscos Fiscais

Tipo de Riscos	Fonte do Risco	Probabilidade	Descrição do Risco	Impacto modelado 2023-2025	Gestão/Mitigação do Risco	Responsável
Riscos Macroeconómicos	Choque no PIB	Média	Cenário Pessimista materialização do crescimento médio anual de 5,7% contra 6,4% entre 2023-2025 caso haja choques de produtividade nos sectores económicos (agricultura, pescas, turismo, indústria e comércio e construção)	Redução da capacidade de geração de receitas do Estado em média de 3.635 milhões de Mt ano, aumento das necessidades de financiamento e incremento da dívida pública em média 2,4pp do PIB por ano	Implementação efectiva dos planos de produção e desenho de planos de contingências	Sectores Económicos
	Depreciação cambial	Média - Alta	Depreciação da taxa de câmbio de 3% ao ano	Aumentar o serviço da dívida em 0,74pp do PIB por ano e do <i>Stock</i> da dívida em média 7pp do PIB por ano	Política cambial alinhada com baixa volatilidade cambial	BM
			Aumento do custo das importações com o consequente impacto na inflação	<i>não simulado</i>		
Taxa de juro	Alta	Aumento das taxas de juro sobre os BTs e OTs com efeito sobre o serviço da dívida com taxas de juro flexíveis	<i>não simulado</i>	Uso de instrumentos de dívida interna de maturidade mais longa e/ou taxas fixas e melhoria das fontes de	MEF	

Tipo de Riscos	Fonte do Risco	Probabilidade	Descrição do Risco	Impacto modelado 2023-2025	Gestão/Mitigação do Risco	Responsável
					arrecadação da receita	
	Volatilidade e dos preços internacionais das <i>commodities</i>	Baixa	Redução acentuada dos preços das mercadorias exportadas o que poderá reduzir as receitas de exportação conduzindo ao agravamento do défice da balança comercial	<i>não simulado</i>		Sectores Económicos
		Alta	Aumento dos preços internacionais das principais mercadorias importadas que poderá conduzir ao aumento da factura de importações e agravamento do défice comercial, e aceleração da inflação	Inflação Média anual acelera 2,2pp em 2023, 1pp em 2024 e 0,4pp em 2025	Política Monetária prudente, contrabalançado o impacto no sector produtivo	BM
Riscos Específicos	Sistema de Pensões de Funcionários e Agentes de Estado	Alta	Agravamento da rubrica de pensões com a conclusão do Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) e aposentação massiva dos seus trabalhadores do SEE	<i>Não simulado</i>	Fazer provisão no PESOE 2023 acelerar o processo de autonomização do fundo de pensões dos funcionários e agentes do Estado	MEF
	Dívida do Sector Empresarial do Estado	Média-Alta	45% do valor da dívida garantida ao SEE está concentrado em empresas de elevado risco	Em análise, será presente no PESOE 2023	Prosseguir com as medidas de rentabilização das empresas públicas	MEF
Outros Riscos Específicos	Cheias, Secas e Ciclones	Alta	Eventos não com impacto significativo na actividade económica e na Despesa Pública	Quebra de 0,4 pp na taxa de crescimento do PIB projectada em 2023 em caso de cheias/secas e quebra de 2pp na taxa de crescimento projectada em caso de ciclones)	Aumento do valor contingencial para o Fundo de Gestão de Desastres, intensificação as acções de prevenção às mudanças climáticas e apostar cada vez mais em investimentos em infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas	MEF/MTA/MIMAIP
	Tensão geopolítica entre a Rússia e a Ucrânia	Alta	Volatilidade dos preços internacionais das <i>commodities</i>	<i>simulado na volatilidade de preços internacionais</i>	Monitoria e avisos prévios sobre as mudanças na conjuntura económica e eficácia	MEF/BM

Tipo de Riscos	Fonte do Risco	Probabilidade	Descrição do Risco	Impacto modelado 2023-2025	Gestão/Mitigação do Risco	Responsável
					na gestão da política macroeconómica	
	Pandemia Covid 19	Média-Alta	Extensão da pandemia com o surgimento de novas variantes com impacto sobre a capacidade produtiva nos sectores económicos e demanda de recursos adicionais para o sector da saúde	<i>não simulado</i>	Fiscalização da implementação das medidas de prevenção e mitigação da Covid 19	MISAU

Anexo V: Projectos de Investimento

A. Projectos de Investimentos Públicos 2023-2025

A1. Projectos de continuidade iniciados em 2022

Projectos no ambito do PQG 2020-2024								
Projecto	ID-eSNIP	Localização	Periodo		Custo Total do Projecto	Or do Investimento (10 ³ M)		
			inicio	Fim		2022	2023	
Projectos de Continuidade Economicos e Sociais								
MOPHRH (Estradas)								
Asfaltagem da Estrada Nacional N381/Mueda-Xitax	00005-47A003041-1000047052217	C. Delgado	2022	2024	778 024	33 424	588 996	
Asfaltagem da Estrada Regional R762-Muepane-Metuge-Quissanga	00004-47A003041-10000470	Cabo Delgado	2022	2024	882 000	22 000	242 600	
Construcao da nova ponte do Rio Licungo Malei	00001-47A003041-10000470	Zambezia	2022	2024	340 684	40 000	300 684	
Construcao da Ponte Rio Buzi	000006-47A003041-10000470	Manica	2022	2023	15 000	19 292	-	
Asfaltagem da Estrada Regional R808-Mixafutene-Vundica	00002-47A003041-10000470	Maputo	2022	2023	62 900	35 000	27 900	
Asfaltagem da Estrada Regional R733-Lichinga-Unango-Madjedje	00003-47A003041-10000470	Niassa	2022	2024	1 410 600	35 000	1 022 800	
Subtotal					3 489 208	184 716	2 182 979	
MOPHRH (Agua e Saneamento)								
Construcao do sistema de abastecimento de agua da vila de Macia	00012-47A001041-10000470	Gaza	2022	2023	222 904	18 000	204 904	
Reabilitacao e expansao do sistema de abastecimento de agua em Magude	00008-47A001041-10000470	Maputo	2022	2023	150 000	2 500	147 500	
Reabilitacao e expansao do sistema de abastecimento de agua na Cidade de Gurue	00009-47A001041-10000470	Zambezia	2022	2023	274 149	3 600	270 549	
Reabilitacao e expansao do sistema de abastecimento de agua de Mapai	00010-47A001041-10000470	Gaza	2022	2023	155 000	2 500	152 500	
Reabilitacao e expansao do sistema de abastecimento de agua da vila de Katandica	00011-47A001041-10000470	Manica	2022	2023	180 000	3 500	176 500	
Subtotal					982 053	30 100	951 953	
Total proj. Eco e Soc.					4 471 261	214 816	3 134 932	
Projectos de Continuidade Administrativos								
MJCR (PGR)								
Aquisicao de instalacoes e apetrechamento para a delegacao regional do provedor de Justica Nampula	00003-2365-10000230	Nampula			180 000	5 000	175 000	
MDN								
Reabilitar a Base area da Beira	00002-15A000341-10000150	Sofala	2022	2024	46 000	17 548	24 452	
Reabilitar o Ministerio da Defesa Nacional	00004-15A000141-10000150	Maputo	2022	2026	100 000	7 283	56 717	
Construir e apetrechar caserna para prestadores na unidade produtiva de Angonia	00003-15A000641-10000150	Tete	2022	2023	11 331	3 500	7 831	
Construir e apetrechar uma caserna para unidade produtiva de Namialo	00002-15A000641-10000150	Nampula	2022	2023	11 331	4 500	6 831	
Subtotal						32 831	95 830	
Total proj. Adm						180 000	37 830,73	270 830,41
Total Geral (proj. Eco e Soc+Adm)						4 651 261	252 647	3 405 763

Anexo VI: Abreviaturas

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AT	Autoridade Tributária
BTs	Bilhetes de Tesouro
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
DAS	Análise de Sustentabilidade da Dívida
ECF	Facilidade de Crédito Alargada
EGE's	Encargos Gerais do Estado
EUA	Estados Unidos da América
FCA	Fundo de Compensação Autárquico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
FLNG	Instalação flutuante de gás natural liquefeito
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
ICE	Imposto Sobre o Consumo Específico
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IPP	Imposto sobre a Produção de Petróleo (<i>Royalties</i>)
IRPC	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
INE	Instituto Nacional de Estatística
JUE	Janela Única Electrónica
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MIMO	Taxa de Juro do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique
mmBTu	unidade térmica britânica em milhões métricos
MTDS	Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida Pública
MTPA	Milhões de toneladas por ano
MT	Metical
OE	Orçamento do Estado
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTs	Obrigações do Tesouro
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Programa Integrado de Investimentos
Pp	Pontos Percentuais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
QM	Quadro Macro
REO	Relatório de Execução Orçamental
RSA	África do Sul
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SPO	Subsistema de Planificação e Orçamento
Ton	Toneladas
TSU	Tabela Salarial Única
USD	Dólar norte-americano
WEO	World Economic Outlook

Preço — 150,00 MT

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.